



Diagnóstico Social do Concelho da Golegã



Edição e Propriedade

Conselho Local de Ação Social da Golegã (CLASG)

Câmara Municipal da Golegã

Rua Dom João IV

2150 Golegã

acao.social@cm-golega.pt

<http://www.cm-golega.pt>

Capa

Design

Feliciano Cunha | Câmara Municipal da Golegã

Imagem

Golegã Panorâmica de Mariana Sampaio
(coleção privada)

Redação

Fabiana Freire

Técnica Interlocutora da Rede Social de Golegã

Sandra Braga

Tatiana Roque (estagiária)

Câmara Municipal da Golegã | Serviço de Ação Social

Orientação

Rui Lince Medinas

(Presidente do CLASG e

Presidente da Câmara Municipal da Golegã)

Elsa Lourenço

(Chefe da Divisão de Intervenção Social)

ÍNDICE

ÍNDICE	3
ÍNDICE DE FIGURAS	5
ÍNDICE DE GRÁFICOS	6
ÍNDICE DE QUADROS	7
INTRODUÇÃO	11
OPÇÕES METODOLÓGICAS	14
CARATERIZAÇÃO FÍSICA DO CONCELHO	17
CARATERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO	19
PROBLEMÁTICAS IDENTIFICADAS	23
1. EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	24
1.1. Desemprego, nomeadamente da população mais jovem.....	25
1.2. Falta de expectativas (pouco investimento na educação, pouca valorização da formação)	28
1.3. Necessidade de formação específica	30
1.4. Trabalho precário/sazonal	32
2. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, HABITAÇÃO E SEGURANÇA	33
2.1. Habitações degradadas e/ou devolutas.....	34
2.2. Insuficiência de habitações sociais.....	36
2.3. Insuficiência de habitação para jovens	39
2.4. Falta de segurança nas rodovias.....	41
2.5. Falta de acessibilidades (nos domicílios e nos espaços públicos)	45
2.6. Poluição das águas fluviais.....	47
3. CIDADANIA ATIVA	48
3.1. Necessidade de voluntariado ligado à solidariedade efetiva no apoio a famílias.....	50
3.2. Insuficiência e desarticulação de iniciativas de voluntariado, nomeadamente iniciativas culturais	52
3.3. Défice de participação cívica e cultural.....	54

4. FAMÍLIA E ESCOLA	55
4.1. Necessidades alimentares e económicas.....	56
4.2. Dependência de apoios sociais por parte de algumas famílias e sua transgeracionalidade	64
4.3. Dificuldade das famílias em gerir a economia familiar	66
4.4. Jovens sem orientação escolar, profissional e vocacional	68
4.5. Abandono, indisciplina e absentismo escolares	70
4.6. Comportamentos desviantes dos jovens	73
5. SENIORES E SAÚDE	75
5.1. Isolamento de seniores	76
5.2. Dificuldade em encontrar respostas de internamento dirigidas a seniores	78
5.3. Edifícios seculares degradados e pouco adaptados	80
5.4. Parque de viaturas insuficiente e pouco atual	84
5.5. População sénior e portadora de doença com baixos recursos económicos	86
5.6. Dificuldade no atendimento na área de saúde em situações de doença aguda e emergência.....	89
5.7. Alcoolismo (afeta sobretudo os homens).....	90
5.8. Elevado número de pessoas com demências	93
5.9. Ausência de técnicos na área da saúde	95
5.10. Elevado número de pessoas com perturbação mental.....	96
BIBLIOGRAFIA	9997

ÍNDICE DE FIGURAS

Figuras 1 e 2 – Workshop de Diagnóstico Social.....	14
Figura 3 – Enquadramento Geográfico do Concelho da Golegã	17
Figura 4 – Enquadramento do Concelho da Golegã no Distrito de Santarém	18

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da População no Concelho da Golegã	19
Gráfico 2 – Pirâmide Etária do Concelho da Golegã	22
Gráfico 3 – Candidaturas ao Porta 65 Jovem (IHRU) no Concelho da Golegã	39
Gráfico 4 – Evolução do Número Total de Vítimas de Acidentes de Viação no Concelho da Golegã.....	41
Gráfico 5 – Evolução do Número Total de Acidentes de Viação no Concelho da Golegã.....	42
Gráfico 6 – Evolução do Número de Beneficiários do Banco Alimentar	57
Gráfico 7 – Taxa de Risco de Pobreza segundo a Composição do Agregado Familiar (%).....	67
Gráfico 8 – Crianças e Jovens Acompanhados pela CPCJ da Golegã por Problemática (%).....	71
Gráfico 9 – Utentes em Lista de Espera para Valência de Lar na SCMG por Zona de Residência	78
Gráfico 10 – Número de Utentes do Centro de Respostas Integradas do Ribatejo por Tipologia e Género em 2014.....	90
Gráfico 11 – Número de Crimes de Violência Doméstica no Concelho da Golegã	91
Gráfico 12 – Evolução do Número de Utentes com Internamento Hospitalar devido a Demências em Portugal Continental	93

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Evolução da População no Concelho da Golegã e Densidade Populacional	20
Quadro 2 – Taxas de Natalidade e Mortalidade (%)	20
Quadro 3 – Evolução da Estrutura Etária da População Residente (%).....	21
Quadro 4 – Evolução dos Índices Demográficos (%).....	22
Quadro 5 – Evolução da Taxa de Desemprego (%)	25
Quadro 6 – População Desempregada por Grupo Etário	25
Quadro 7 – Evolução da Taxa de Atividade (%)	26
Quadro 8 – Evolução da Taxa de Analfabetismo (%)	28
Quadro 9 – Níveis de Instrução da População Residente em 2011 (%).....	28
Quadro 10 – Proporção de Edifícios com Necessidades de Grandes Reparações ou Muito Degradados (%).....	34
Quadro 11 – Agregados Familiares Realojados em Habitação Social pela CMG	36
Quadro 12 – Agregados Familiares a Aguardar Realojamento Inscritos na CMG.....	37
Quadro 13 – Tipologia de Habitação Adequada aos Agregados Familiares a Aguardar Realojamento Inscritos na CMG.....	37
Quadro 14 – Vítimas de Acidentes de Viação.....	41
Quadro 15 – Total de Voluntários por Género Inscritos no Banco Local de Voluntariado da Golegã	50
Quadro 16 – Total de Voluntários por Nível de Escolaridade Inscritos no Banco Local de Voluntariado da Golegã	50
Quadro 17 – Agregados Beneficiários de Apoios Alimentares em Géneros no Concelho da Golegã.....	56
Quadro 18 – Agregados Beneficiários de Cantinas Sociais no Concelho da Golegã.....	57

Quadro 19 – Agregados Beneficiários do Fundo Europeu de Auxílio a Carenciados no Concelho da Golegã	58
Quadro 20 – Alunos Beneficiários do Programa Escolar de Reforço Alimentar no Concelho da Golegã	58
Quadro 21 – Municípes Apoiados no Âmbito do Apoio Complementar na Aquisição de Medicamentos pela CMG	59
Quadro 22 – Agregados Familiares Apoiados no Âmbito do Apoio Financeiro ao Arrendamento pela CMG	59
Quadro 23 – Apoios Atribuídos a Estratos Sociais Desfavorecidos em Matéria Habitacional pela CMG.....	60
Quadro 24 – Número de Famílias Beneficiárias de Incentivo à Natalidade pela CMG.....	60
Quadro 25 – Bolsas de Estudo Atribuídas aos Estudantes do Ensino Superior pela CMG.....	61
Quadro 26 – Bolsas de Estudo por Mérito Atribuídas aos Estudantes do Ensino Superior pela CMG	61
Quadro 27 – Beneficiários do Rendimento Social de Inserção no Concelho da Golegã	64
Quadro 28 – Taxa de Risco de Pobreza em Portugal (%).....	66
Quadro 29 – Alunos Abrangidos pelo Programa de Orientação Vocacional	68
Quadro 30 – Taxa de Abandono Escolar (%)	70
Quadro 31 – Evolução da Taxa De Repetência nos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico no Concelho da Golegã (%)	70
Quadro 32 – Primeiros Consumos de Substâncias Psicoativas dos Alunos do 3.º Ciclo e Ensino Secundário do AEGAP....	74
Quadro 33 – Número de Seniores a Residir Sozinhos no Concelho da Golegã.....	76
Quadro 34 – Número de Utentes nas Várias Respostas Sociais com Internamento da SCMG.....	78
Quadro 35 – Principais Necessidades por Instituição	80
Quadro 36 – Caraterização dos Edifícios das Santas Casas e IPSS do Concelho	81
Quadro 37 – Parque de Viaturas das Instituições do Concelho.....	84

Quadro 38 – Pensionistas da Segurança Social	86
Quadro 39 – Número de Utentes Isentos do Pagamento das Taxas Moderadoras por Grupo Etário e Género no Concelho da Golegã, em 2014.....	86
Quadro 40 – Consumo de Bebidas Alcoólicas, Tabaco e Narcóticos em Portugal	90
Quadro 41 – Número de Utentes com Demência Inscritos na Unidade de Saúde Familiar Campusaúde em 2014	93
Quadro 42 – Número de Utentes por Resposta Social e por Instituição em 2015.....	96
Quadro 43 – Número de Utentes com Perturbação Mental Inscritos na Unidade de Saúde Familiar Campusaúde em 2014	97

“Em relação direta com a realidade, o Diagnostico Social constitui um instrumento fundamental nos processos de planeamento, de intervenção e de avaliação territorial, para a identificação não só dos principais problemas, dos bloqueios e dos constrangimentos existentes, mas também, para o reconhecimento no território, das suas dinâmicas, das potencialidades e das motivações/expetativas e necessidades de todos quanto o habitam, e em particular, dos mais desfavorecidos.”

INTRODUÇÃO

O presente documento – Diagnóstico Social do Concelho da Golegã – surge no âmbito do Programa Rede Social que, de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97 de 18 de novembro, concretiza uma estratégia de abordagem da intervenção social que procura trazer uma maior eficácia à erradicação da pobreza e exclusão social e à promoção do desenvolvimento social. De uma maneira geral, a Resolução de Conselho de Ministros supracitada perspetiva a Rede Social enquanto uma estratégia de abordagem da intervenção social baseada num trabalho planeado realizado em parceria, visando sobretudo racionalizar e trazer maior eficácia à ação das entidades públicas e privadas que atuam num determinado território.

O Decreto-Lei n.º 115/2006 de 14 de junho vem acrescentar que a Rede Social pretende constituir um novo tipo de parceria entre entidades públicas e privadas, atuando nos mesmos territórios, baseada na igualdade entre os parceiros, no respeito pelo conhecimento, pela identidade, potencialidades e valores intrínsecos de cada um, na partilha, na participação e na colaboração, com vista à consensualização de objetivos, à concertação das ações desenvolvidas pelos diferentes agentes locais e à otimização dos recursos endógenos e exógenos ao território.

Com a adoção deste programa pretende-se, por um lado, fomentar a formação de uma consciência coletiva dos problemas sociais locais e, por outro, contribuir para a ativação dos meios/agentes de resposta e para a otimização possível dos meios de ação locais. O local passa a ser o meio privilegiado de ação, pois só atuando próximo das populações e com as populações será possível criar condições efetivas de desenvolvimento. Ao invés de se adotar uma postura “*top-down*”, ou seja, das estruturas centrais para o local, procura-se uma intervenção do tipo “*bottom-up*”, onde se privilegia a intervenção no local.

A Rede Social surge com a intenção de conjugar as políticas de diversos setores: Saúde, Emprego, Educação, Formação Profissional, Habitação, Ação Social e outros, pois a constatação da multidimensionalidade da pobreza e da exclusão social salientou a necessidade de serem encontradas respostas diversificadas para problemas também diversificados e concretos em várias áreas. Para combater estes problemas, há que compatibilizar e articular todas as políticas setoriais ao nível local, regional e nacional, sendo que se pretende rentabilizar os meios materiais e humanos existentes no terreno através de uma conjugação de esforços.

O desafio da Rede Social reside assim na capacidade de integrar políticas, medidas e ações dispersas e avulsas e na capacidade de promover ações concertadas, coerentes e participadas de desenvolvimento local e de combate à exclusão social. Este desafio traduz o reconhecimento da impossibilidade, perante a vastidão e complexidade dos problemas sociais, de trabalhar de forma fragmentada, não coordenada e, sobretudo, não participada, e do desperdício de esforços, recursos e sinergias dos atores sociais quando se desenvolvem ações isoladas. Ambiciona-se, acima de tudo, fomentar o trabalho em parceria, de forma a poder-se alcançar resultados rápidos e eficientes.

Efetivamente, as autarquias têm vindo, nos últimos tempos, a ganhar um papel cada vez mais importante e decisivo no desencadear e na coordenação dos processos de desenvolvimento local e regional, deixando de ser entendidas como

meros executores de administração de assuntos locais, e passando a ser vistas como elementos fundamentais de um processo que em muito ultrapassa as fronteiras concelhias. Encontram-se assim numa posição privilegiada para liderar processos de desenvolvimento, quer económicos, quer sociais, das zonas geográficas que representam, pois estando mais próximas das populações, existe um conhecimento mais profundo dos seus problemas, das suas necessidades e das suas expectativas.

Nos dias de hoje, cada vez mais os Municípios são chamados a intervir na resolução dos mais diversos problemas que afetam os Municípios, e para a sua resolução torna-se necessário um conhecimento profundo da realidade sobre a qual se pretende atuar. Não obstante o facto de o Concelho da Golegã ser um Concelho pequeno onde a maior parte dos atores sociais conhece suficientemente bem os problemas que afetam este território nas suas mais diversas áreas, instrumentos como o Diagnóstico Social tornam-se cada vez mais importantes em termos de intervenção social na medida em que constituem retratos reais das necessidades das populações e das potencialidades existentes para o desenvolvimento do Concelho.

De acordo com a definição de Santos e Santos (1999), o Diagnóstico Social consiste na *“análise da realidade social de um determinado contexto social, temporal e espacial, respeitante a uma ou a várias situações problemáticas. Proporciona dados e informações acerca da realidade sobre a qual se visa intervir e se quer transformar”*. No âmbito do Programa Rede Social, o Diagnóstico Social constitui um processo de consciencialização e reivindicação que pretende incrementar a intervenção dos cidadãos, dos profissionais e dos agentes que detêm capacidade de decisão institucional e política.

Genericamente pode-se definir Diagnóstico Social como sendo *“um instrumento dinâmico que permite uma compreensão da realidade social, inclui a identificação das necessidades e a deteção dos problemas prioritários e respetivas causalidades, bem como dos recursos e potencialidades locais, que constituem reais oportunidades de desenvolvimento”* (Núcleo da Rede Social, 2003). Pode ser um instrumento resultante da participação dos diversos parceiros, é facilitador da interação e da comunicação entre eles e parte integrante do processo de intervenção, criando as condições sociais e institucionais para o seu sucesso.

Assim sendo, todos os atores que desenvolvem a sua atividade a nível do Concelho deverão contribuir para a identificação das necessidades concelhias e para a delimitação de prioridades que orientem a intervenção prevista. O diagnóstico implica um processo de investigação-ação participado e dinâmico, onde os atores sociais fornecem um importante contributo através do conhecimento que possuem da realidade. A participação dos atores é deste modo indispensável, entendendo-se por atores todos aqueles que, direta ou indiretamente, possuem um papel nos processos de mudança. Pretende-se que todo o processo de intervenção social seja elaborado de forma a que o cidadão possa participar na definição dos problemas e na sua resolução, entendendo-se por intervenção social o processo metodológico de atuação sobre a realidade social que tem como finalidade, desenvolver, transformar ou melhorar situações coletivas ou individuais de pessoas que vivem determinados problemas, para facilitar a sua inclusão social e/ou participação ativa no sistema social, a nível individual, económico-profissional, político e cultural (Secretaria de Estado do Emprego e Formação, 1999).

Deste modo, o Diagnóstico Social é um instrumento que pretende essencialmente:

- Descrever, analisar e interpretar os problemas sociais existentes na unidade territorial definida (neste caso, o Concelho da Golegã);

- Elencar as respostas sociais, recursos humanos e materiais existentes;
- Avaliar a adequação dos recursos disponíveis aos problemas existentes;
- Apontar pistas para uma planificação futura, nomeadamente através da definição de prioridades de intervenção social, da adequação dos recursos existentes às necessidades identificadas e da rentabilização das dinâmicas e potencialidades locais.

Em suma, o documento aqui apresentado – Diagnóstico Social do Concelho da Golegã – pretende contribuir para a identificação de problemas e problemáticas e constitui uma base de trabalho para a construção do Plano de Desenvolvimento Social. Com efeito, trata-se de uma investigação que não constitui um fim em si mesma, mas antes um instrumento de planeamento inteiramente vocacionado para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho. Nesta etapa verifica-se a passagem de um nível de conhecimento para um nível de decisão, no qual são tomadas opções, definidos os objetivos e as estratégias de intervenção, partindo dos problemas e prioridades assinalados no Diagnóstico Social. Constitui uma fase mais operativa do Programa, em que se pretende *“não só a produção de efeitos corretivos ao nível da redução da pobreza e da exclusão social, mas também efeitos preventivos gerados através de ações de animação das comunidades e da indução de processos de mudança, com vista à melhoria das condições de vida das populações”* (Núcleo da Rede Social, 2003).

O Diagnóstico Social é portanto o primeiro instrumento de um bom Plano de Desenvolvimento Social, ao permitir uma compreensão da realidade social de um determinado território. Contudo, mais do que apresentar um retrato nítido do meio social do Concelho da Golegã, o processo de construção do diagnóstico deve conquistar capacidade para orientar a escolha dos decisores relativamente às intervenções necessárias.

Salientamos ainda que outra característica deste Diagnóstico Social é o facto deste ser um “instrumento aberto”. Como a realidade em que vivemos é dinâmica, este é naturalmente um processo que carece de atualização permanente, e ao qual não pode ser alheio a participação de todos aqueles que detêm as competências e a obrigação de resolução dos problemas identificados, bem como, a responsabilidade na definição de políticas que promovam o desenvolvimento social do Concelho. O Diagnóstico Social deve permitir, sempre que se justifique, a integração de novos dados e informações, e ajustes derivados das relações e interdependências que se estabelecem a partir dos dados disponíveis e de novos dados que se vão obtendo.

OPÇÕES METODOLÓGICAS

O Diagnóstico Social do Concelho da Golegã pretende contribuir para um conhecimento mais aprofundado e cientificamente fundamentado da realidade social desta unidade territorial, permitir a circulação sistemática da informação recolhida e a difusão dos conhecimentos produzidos a todas as entidades do CLAS da Golegã. Pretende ainda ser uma base para a planificação e constituir um ponto de apoio estratégico para a tomada de decisões das entidades com responsabilidades na área social no Concelho e contribuir para a consolidação deste CLAS, na medida em que constitui um importante fator de mobilização do conjunto de parceiros que participam na sua elaboração. Neste contexto, constitui-se como uma forma participada de pensar, agir e decidir sobre o futuro desejável.

Assim, a proposta metodológica subjacente ao trabalho da Rede Social da Golegã assenta numa estratégia participada de planeamento estratégico e integrado, assente em lógicas de investigação-ação que procuram racionalizar e conferir maior eficácia tanto à intervenção dos agentes na aplicação das medidas, projetos e programas de combate à pobreza e exclusão social, como à promoção do desenvolvimento social.

Em termos metodológicos, o Diagnóstico Social da Golegã foi construído tendo em linha de conta os pressupostos do planeamento estratégico e o princípio da investigação-ação, procurando sistematizar e analisar toda a informação recolhida. Na recolha de informação foram adotadas técnicas documentais e técnicas não documentais. As documentais incluíram a recolha de bibliografia e a análise de documentos relevantes; no que respeita às não documentais destacamos a realização de um *workshop* participativo e a construção de Grupos de Trabalho.

Para avançar na construção do Diagnóstico Social, a Rede Social de Golegã realizou um *workshop* de Diagnóstico Social que teve como principal objetivo identificar os principais problemas do Concelho de Golegã agrupando-os em grandes problemáticas. Este *workshop* realizou-se a 19 de fevereiro de 2014, de acordo com a metodologia de trabalho METAPLAN¹.

Figuras 1 e 2 – Workshop de Diagnóstico Social



¹ Metodologia que surgiu nos anos 70, na Alemanha, tendo sido desenvolvida por Eberhard Schnelle e pela "equipa Quickborn", e que consiste, fundamentalmente, num conjunto de ferramentas desenvolvidas com o objetivo de facilitar eventos de grupo, auxiliando na gestão da dinâmica de grupo.

Neste sentido, foi convidado um grupo representativo de parceiros de diferentes áreas de intervenção para participar neste momento de trabalho, que marcou o arranque do processo de construção do Diagnóstico Social. Pretendeu-se constituir um grupo multisectorial, o mais diverso possível, composto por técnicos e decisores com conhecimento da realidade social do Concelho e, ainda, por outras pessoas que a título individual contribuem de modo relevante para o desenvolvimento social local, nomeadamente através dos seus conhecimentos técnicos ou da sua intervenção comunitária.

O grupo integrou os seguintes elementos:

Ana Sofia Neto	Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga
António Braz	Tejo d'Honra
António Camilo	Junta de Freguesia da Golegã/Futebol Clube Goleganense
António Vieira	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntário da Golegã
Constantino Gaudêncio Lopes	Paróquia da Golegã
Elsa Lourenço	Câmara Municipal da Golegã
Fernanda Oliveira	Santa Casa da Misericórdia da Golegã
Fernando de Jesus Duarte	Junta de Freguesia do Pombalinho
Fernando Pereira	Reserva Natural do Paul do Boquilobo
José Godinho Lopes	Santa Casa da Misericórdia da Golegã
Karla Almeida	Unidade de Cuidados na Comunidade
Luís Filipe Santana Júlio	Junta de Freguesia do Pombalinho
Maria da Conceição Pereira	Agrupamento de Escolas de Golegã, Azinhaga e Pombalinho
Maria de Carvalho Gonçalves	Paróquia da Azinhaga
Maria de Lurdes Pires	Agrupamento de Escolas de Golegã, Azinhaga e Pombalinho
Maria de São João Proença Coelho	Agrupamento de Escolas de Golegã, Azinhaga e Pombalinho
Maria de São José Reis Mendes	Grupo de Voluntários Ação pela Vida
Maria do Rosário Martins	Unidade de Cuidados na Comunidade Chamusca/ Golegã
Maria Eugénia Reis Mendes	Sociedade de São Vicente de Paulo – Conferência “Nossa Senhora da Conceição”
Maria Luíza Mendes Gonçalves	Sociedade de São Vicente de Paulo – Conferência “Nossa Senhora da Conceição”
Maria Manuela Veiga	Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga
Maria Teresinha Tavares	Graal – Associação Social e Cultural
Miguel Bexiga	GNR – Guarda Nacional Republicana da Golegã
Ricardo Santos	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco da Golegã
Rui Lince Medinas	Câmara Municipal da Golegã
Sónia Marcos	Casa do Povo do Pombalinho
Vítor Borges da Costa	Casa do Povo do Pombalinho

Nesta sessão de trabalho, pediu-se aos participantes que identificassem os principais problemas do Concelho e que os pontuassem de acordo com a importância relativa de cada um, para que os mesmos fossem agrupados em grandes problemáticas. Esta construção teve como objetivo romper com a habitual lógica de abordagem sectorial na intervenção social, ou seja, por áreas temáticas.

Após este primeiro momento, no qual foram elencadas as grandes problemáticas a aprofundar, foram promovidos grupos de trabalho temáticos (Emprego e Formação Profissional; Ordenamento do Território, Habitação e Segurança; Cidadania Ativa; Família e Escola; Seniores e Saúde), com vista a encontrar, de forma conjunta e negociada, as prioridades, os recursos, as potencialidades e constrangimentos presentes na realidade do Concelho.

Posteriormente, a equipa técnica responsável pela elaboração do Diagnóstico Social em termos metodológicos pretendeu sistematizar a informação recolhida, fazer as conexões necessárias, através de uma análise interpretativa dos problemas que permitiu encontrar as causas, e proceder à identificação e hierarquização de prioridades.

Espera-se assim que a presente investigação cumpra os seus propósitos e constitua uma mais-valia para as entidades que trabalham em prol do desenvolvimento social integrado do Concelho da Golegã, tornando-o mais qualificado essencialmente para quem nele reside.

CARATERIZAÇÃO FÍSICA DO CONCELHO

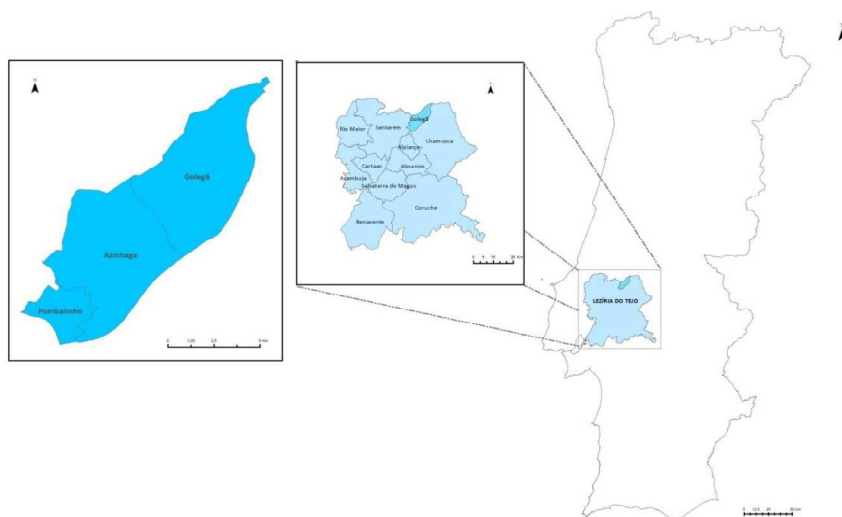
A Lezíria do Tejo, com uma área de aproximadamente 4.275 Km² e com cerca de 247 mil habitantes, constitui uma sub-região de média dimensão no contexto nacional e regional. Em termos de hierarquia urbana esta sub-região é dominada pela cidade de Santarém. O nível intermédio é desempenhado pelas cidades de Almeirim, Cartaxo, Rio Maior e pelas vilas de Benavente e Coruche, enquanto as restantes sedes de concelho constituem o nível seguinte.

O Concelho da Golegã está situado na margem direita do rio Tejo integrando a sub-região da Lezíria do Tejo. Composto por três freguesias (Golegã, Azinhaga e, desde 2013, Pombalinho), este Concelho é limitado a Norte pelos Concelhos de Torres Novas, Entroncamento e Vila Nova da Barquinha; e, a Sul e a Este, pelos Concelhos de Santarém e da Chamusca.

O Concelho da Golegã constitui um território de intermediação entre subsistemas territoriais diferenciados, constituindo, nomeadamente, uma porta de intermediação entre a Lezíria do Tejo e o Médio Tejo e, simultaneamente, entre a margem norte e a margem sul do Tejo.

A nível do enquadramento do Concelho no Distrito de Santarém, o Concelho da Golegã ocupa um lugar central, desenvolvendo forte articulação com o eixo urbano Torres Novas/Entroncamento.

Figura 3 – Enquadramento Geográfico do Concelho da Golegã



As transformações recentes do sistema territorial e urbano da Lezíria do Tejo têm favorecido a emergência de dois tipos de dinâmismos. Por um lado, os processos de concentração inter e intra concelhios têm despoletado um crescente protagonismo territorial dos centros urbanos de pequena e média dimensão. Por outro, têm vindo a consolidar-se subsistemas territoriais e urbanos, sob a forma de eixos e conurbações, sustentados pelas principais vias de comunicação.

Relativamente ao primeiro aspeto, a vila da Golegã constitui um centro urbano que concentra funções centrais com um espectro territorial limitado, sobretudo associado ao seu território municipal, adquirindo a sua população bens e serviços raros, fundamentalmente, nos Municípios vizinhos de Torres Novas e do Entroncamento. No que diz respeito aos subsistemas territoriais, importa destacar o subsistema Torres Novas/Entroncamento/Vila Nova da Barquinha/Golegã, cuja dinâmica está, em grande medida, associada ao processo de terciarização e industrialização do eixo Torres Novas/Entroncamento.

Figura 4 – Enquadramento do Concelho da Golegã no Distrito de Santarém



O Concelho da Golegã, com 84,3 Km², é um dos de menor área na região. A sua dimensão demográfica é também reduzida, com apenas cerca de 5.913 habitantes distribuídos por 3 freguesias (Golegã, Azinhaga e Pombalinho), sendo portanto a dispersão populacional relativamente fraca.

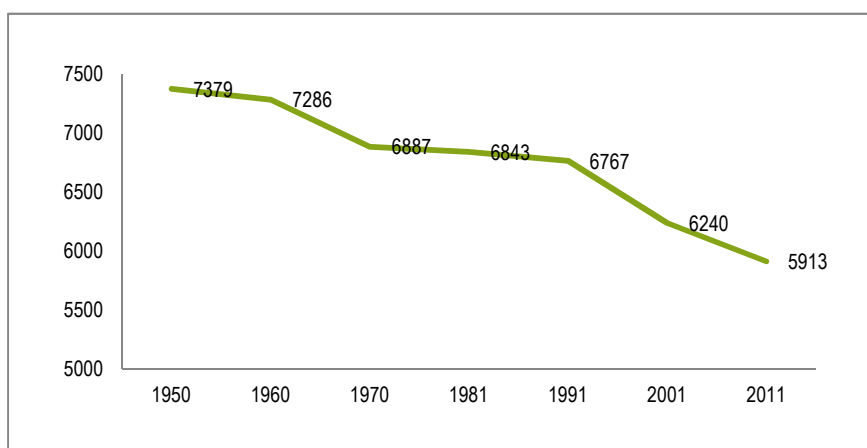
CARATERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

Como foi referido anteriormente, esta caracterização da população do Concelho da Golegã (conjunto das três freguesias de Golegã, Azinhaga e Pombalinho) terá em conta os dados do Instituto Nacional de Estatística e os dados da Monitorização da Carta Educativa do Município da Golegã de 2014.

Ao longo dos últimos anos o Concelho da Golegã registou uma tendência demográfica globalmente recessiva, tendo passado de 7379 habitantes em 1950 para 5913 habitantes em 2011. Os períodos de maiores quebras populacionais ocorreram ao longo das últimas duas décadas.

Em consequência deste padrão de evolução, o peso demográfico do Concelho da Golegã na sub-região da Lezíria do Tejo tem vindo a diminuir, situando-se atualmente nos 2,4%.

Gráfico 1 – Evolução da População no Concelho da Golegã



Fonte: INE (Recenseamentos da População, 2001 e 2011)

Uma análise demográfica desagregada por freguesia para os dois últimos momentos censitários permite verificar que a freguesia sede de Concelho praticamente estagnou a sua população, enquanto as freguesias da Azinhaga e do Pombalinho registaram decréscimos populacionais significativos.

A densidade populacional do Concelho (70 habitantes por Km²) situa-se entre a média sub-regional e nacional. Todavia, constata-se que existe uma grande diferença entre os níveis de ocupação do território na freguesia sede de Concelho, onde a densidade populacional se aproxima da média nacional, e as freguesias de Azinhaga e Pombalinho, onde a densidade populacional é mais baixa do que a da Lezíria do Tejo.

Quadro 1 – Evolução da População no Concelho da Golegã e Densidade Populacional

Localização Geográfica	População (2001)	População (2011)	Varição 2001-2011 (%)	Área Km ² (2011)	Densidade Populacional (2011)
Golegã	3893	3845	-1,2	38,4	100,1
Azinhaga	1817	1620	-10,8	38,2	42,4
Pombalinho	530	448	-15,5	7,7	58,2
Concelho	6240	5913	-5,2	84,3	70,1
Lezíria do Tejo	240832	247453	2,7	42750	57,9
Continente	9869343	10047621	1,8	890889	112,8

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 2001 e 2011)

Os fatores que têm estado subjacentes à dinâmica populacional do território nacional têm vindo a sofrer alterações consideráveis. De facto, se nos anos 60 e 70 a evolução demográfica era, em grande medida, determinada pelas migrações internas e externas, já durante a última década é a componente do saldo fisiológico a principal responsável pelas alterações populacionais registadas nas unidades territoriais portuguesas.

No Concelho da Golegã, a taxa de natalidade² diminuiu de 9,3% em 2001 para 8,1% em 2011, valor idêntico à média da Lezíria do Tejo, mas inferior à média nacional.

A taxa de mortalidade³, após um período de incremento em períodos anteriores (consequência do aumento da proporção de idosos na população total), registou no Município da Golegã um decréscimo considerável, situando-se, em 2011, em 13%, ainda assim acima das médias da sub-região da Lezíria do Tejo e do Continente.

Quadro 2 – Taxas de Natalidade e Mortalidade (%)

Localização Geográfica	Taxa de Natalidade		Taxa de Mortalidade	
	2001	2011	2001	2011
Golegã	9,3	8,1	17,0	13,0
Lezíria do Tejo	10,0	8,3	12,4	11,7
Continente	10,8	9,1	10,1	9,8

Fonte: PORDATA

A quebra acentuada da natalidade reforçou a tendência, já anteriormente esboçada, para o envelhecimento da população. Em todas as unidades territoriais em análise verifica-se que a percentagem de idosos aumentou consideravelmente.

² Taxa de Natalidade – Número de nados vivos ocorridos durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período.

³ Taxa de Mortalidade – Número de óbitos ocorridos durante um certo período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período.

De facto, no Concelho da Golegã, a percentagem de idosos com mais de 65 anos aumentou de 23,3% em 2001 para 26,2% em 2011, sendo esta percentagem mais acentuada na freguesia do Pombalinho. Em sentido contrário, deteta-se a evolução da percentagem dos mais jovens, que no mesmo período de tempo diminuiu de 13,9% para 13,1% no Concelho da Golegã.

Quadro 3 – Evolução da Estrutura Etária da População Residente (%)

Localização Geográfica	2001				2011			
	0-14	15-24	25-64	+65	0-14	15-24	25-64	+65
Golegã	13,8	12,8	50,8	22,6	13,2	9,4	51,7	25,2
Azinhaga	15,3	12,3	50,5	22,0	12,8	11,3	50,6	25,3
Pombalinho	10,0	9,6	47,5	32,8	8,9	7,8	44,6	38,6
Concelho	13,9	12,4	50,4	23,3	13,1	9,8	50,8	26,2
Lezíria do Tejo	14,1	13,1	53,0	19,8	14,7	9,6	53,7	22,0
Continente	15,8	14,2	53,5	16,5	14,8	10,7	55,2	19,3

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 2001 e 2011)

Em consequência deste aumento do peso da população idosa em relação à jovem vai assistir-se a um progressivo incremento do índice de envelhecimento⁴ que, no Concelho da Golegã, passou de 167,4% em 2001 para 200,3% em 2011, valor acima da média da sub-região da Lezíria do Tejo (150,4%) e do Continente (130,6%). Na freguesia do Pombalinho o índice de envelhecimento é bastante elevado, constatando-se que o número de idosos mais do que quadruplica o número de jovens.

O rápido envelhecimento populacional levou a que o índice de dependência total⁵ e o índice de dependência de idosos⁶ aumentasse de 2001 para 2011. Já o índice de dependência de jovens⁷ apresenta comportamentos diferenciados de acordo com a freguesia.

⁴ Índice de Envelhecimento – Relação existente entre o número de idosos e o de jovens, definido habitualmente como a relação entre a população com 65 e mais anos e a população com 0-14 anos.

⁵ Índice de Dependência Total – Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

⁶ Índice de Dependência de Idosos – Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

⁷ Índice de Dependência de Jovens – Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

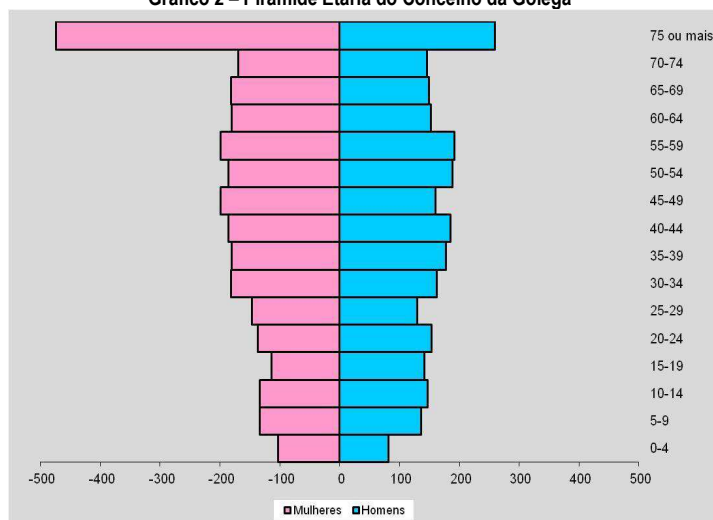
Quadro 4 – Evolução dos Índices Demográficos (%)

Localização Geográfica	2001				2011			
	I.E.	I.D.T.	I.D.J.	I.D.I.	I.E.	I.D.T.	I.D.J.	I.D.I.
Golegã	163,9	57,2	21,7	35,5	183,9	63,7	22,4	41,3
Azinhaga	143,5	59,4	24,4	35,0	197,1	61,7	20,8	40,9
Pombalinho	328,3	74,9	17,5	57,4	432,5	90,6	17,0	73,6
Concelho	167,4	59,2	22,1	37,1	200,3	64,9	21,6	43,3
Lezíria do Tejo	139,8	51,3	21,4	29,9	150,4	58,0	23,2	34,8
Continente	104,5	47,7	23,3	24,4	130,6	51,6	22,4	29,2

I.E. – Índice de Envelhecimento I.D.T. – Índice de Dependência Total
I.D.J. – Índice de Dependência de Jovens I.D.I. – Índice de Dependência de Idosos
Fonte: INE (Recenseamentos da População, 2001 e 2011)

O envelhecimento demográfico é particularmente evidente quando se observa a Pirâmide Etária do Concelho da Golegã no ano de 2011. Com efeito, é notório o fenómeno de duplo envelhecimento, quer na base (devido à quebra da taxa de natalidade) quer no topo da pirâmide (devido ao aumento da proporção de idosos, reflexo, em parte, do aumento da esperança média de vida⁸).

Gráfico 2 – Pirâmide Etária do Concelho da Golegã



Fonte: INE (Recenseamento da População, 2011)

⁸ Esperança Média de Vida – Número médio de anos que uma pessoa que atinja a idade exata x pode esperar ainda viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento.

PROBLEMÁTICAS IDENTIFICADAS

O presente capítulo pretende proceder à análise de cada uma das problemáticas identificadas no Concelho de Golegã de acordo com a compreensão da realidade social por parte dos atores locais que acederam ao desafio de colaborar nesse processo. Esta análise pretendeu contribuir para a identificação de problemas, dos recursos com vista à resolução dos problemas, das oportunidades que poderão ser aproveitadas para os solucionar/minimizar e dos fatores que poderão eventualmente dificultar a resolução dos mesmos.

Assim, para cada um dos problemas que compõem as problemáticas, é possível observar um quadro com a identificação de recursos, oportunidades e ameaças e um segundo quadro onde constam as causas que estão por detrás da persistência dos problemas, ou seja, quais os fatores que fazem com que determinado problema exista no Concelho, bem como o nível de impacto que as causas possuem nesses problemas. Nesta análise de intensidade entre o problema e a sua causa, a cor vermelha corresponde a uma relação forte entre a causa e o problema (o que significa que para a resolução do problema ter-se-á que intervir prioritariamente nessa causa); a cor laranja a uma relação relativamente forte entre a causa e o problema e a cor amarela a uma fraca relação.

Os problemas serão apresentados pela ordem segundo a qual foram priorizados pelos elementos dos diversos grupos de trabalho, de acordo com o que os parceiros julgaram ser de resolução simultaneamente mais urgente e mais importante para o Concelho.

1. EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

- Câmara Municipal da Golegã – Fabiana Freire/Tatiana Roque
- Santa Casa da Misericórdia de Golegã – Fernanda Oliveira
- Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga – Sofia Neto/Ricardo Santos
- Mendes Gonçalves, S.A – Joana Oliveira/Mónica Rodrigues
- Agrupamento de Escolas de Golegã, Azinhaga e Pombalinho – Lurdes Pires
- Associação Empresarial de Torres Novas, Entroncamento, Alcanena e Golegã – António José Paiva
- Instituto de Emprego e Formação Profissional – Helena Ferreira
- Associação Empresarial da Região de Santarém, NERSANT – Mónica Silva

Foram ainda chamadas a estar presentes as seguintes entidades, não tendo comparecido a nenhuma das reuniões:

- Gabinete de Inserção Profissional
- Centro de Reabilitação e Integração Torrejano

1.1. DESEMPREGO, NOMEADAMENTE DA POPULAÇÃO MAIS JOVEM

De todos os problemas identificados, o desemprego foi aquele que mereceu maior pontuação por parte do grupo de parceiros, sendo considerado simultaneamente o mais importante e o de intervenção mais prioritária.

De facto, os dados quantitativos revelam um incremento considerável da taxa de desemprego⁹ em todas as unidades territoriais, consequência do período de crise económica iniciado em meados da década passada. No Concelho da Golegã, a taxa de desemprego aumentou de 8,5% em 2001 para 11,1% em 2011. Ainda assim, os níveis de desemprego no Concelho verificados em 2011 situam-se abaixo das médias da sub-região da Lezíria do Tejo e do Continente, contrariamente ao que sucedia em 2001.

Quadro 5 – Evolução da Taxa de Desemprego (%)

Localização Geográfica	2001	2011
Golegã	8,5	11,1
Lezíria do Tejo	8,1	12,7
Continente	6,9	13,2

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 2001 e 2011)

Ao nível dos escalões etários, é possível verificar que o escalão etário entre os 40 e os 44 anos é o mais afetado pelo fenómeno do desemprego, com 43 desempregados, enquanto a faixa etária relativa à população com idades entre os 60 e os 64 anos regista apenas 5 desempregados no Concelho.

Quadro 6 – População Desempregada por Grupo Etário

Localização Geográfica	15-19 anos	20-24 anos	25-29 anos	30-34 anos	35-39 anos	40-44 anos	45-49 anos	50-54 anos	55-59 anos	60-64 anos
Golegã	7	26	25	18	20	20	16	18	13	3
Azinhaga	6	14	11	11	11	19	13	7	8	2
Pombalinho	2	1	3	4	4	4	1	1	1	0
Concelho	15	41	39	33	35	43	30	26	22	5

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 2011)

Contudo, no que diz respeito à taxa de atividade¹⁰, durante a primeira década do séc. XXI, não foram registadas alterações significativas, situando-se no Município da Golegã em torno dos 44%.

⁹ Taxa de Desemprego – Taxa que permite definir o peso da população ativa sobre a população com 15 e mais anos.

¹⁰ Taxa de Atividade – Taxa que permite definir o peso da população ativa sobre o total da população.

Quadro 7 – Evolução da Taxa de Atividade (%)

Localização Geográfica	2001	2011
Golegã	43,9	44,2
Lezíria do Tejo	48,1	46,6
Continente	48,4	47,6

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 2001 e 2011)

Relativamente à análise qualitativa levada a cabo pelo grupo de trabalho responsável pelas temáticas do Emprego e Formação Profissional, foram definidos os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causas.

RECURSOS

- Novo curso de produção Agrária no AEGAP;
- Programas de apoio ao emprego do IEFP (estágios profissionais, CEI, CEI+, entre outros);
- Crescimento da Mendes e Gonçalves.

OPORTUNIDADES

- Gravação de uma novela a passar em prime time;
- Programas de turismo mais concertados (pacotes de vários dias em que as marcas produto agrícola, cavalo, Martins Correia; identidade rural e qualidade de vida/ambiente sejam divulgadas);
- Parceria com agência de viagens para criação de circuitos turísticos;
- Exploração de uma marca de produtos agrícolas;
- Captação de reformados para residir no Concelho;
- Setores a explorar: agrícola, social, turismo; restauração e artesanato.

AMEAÇAS

- Falta de empreendedores;
- Mercado reduzido;
- Entidades que trabalham de "costas voltadas" desconhecendo o trabalho umas das outras;
- Falta de qualificação;
- Tecido industrial reduzido.

CAUSAS

- Pouca oferta de emprego;
- Tecido empresarial reduzido;
- Setor primário cria emprego pouco estável;
- GIP não dá resposta;
- Dificuldade de articulação com o Centro de Emprego e Formação Profissional de Santarém;

- Pouca qualificação;
- Qualificação que não corresponde às necessidades/contextos;
- Transportes públicos para fora do Concelho insuficientes;
- Falta de formação especializada no Concelho;
- Pouca procura de informação;
- Falta de empreendedores.

1.2. FALTA DE EXPETATIVAS (POUCO INVESTIMENTO NA EDUCAÇÃO, POUCA VALORIZAÇÃO DA FORMAÇÃO)

Nas sociedades contemporâneas os níveis de instrução e qualificação dos recursos humanos constituem uma das dimensões mais relevantes, contribuindo para uma maior coesão social e uma maior competitividade da base económica. No Concelho da Golegã, as baixas qualificações da população, bem como de qualificações desfasadas das necessidades do mercado de trabalho, a par de outros motivos, contribuem para as baixas expetativas que se traduzem num fraco investimento na educação e numa desvalorização da formação.

Contudo, ainda que subsistam carências consideráveis neste domínio em Portugal, têm vindo a registar-se progressos consideráveis. No Concelho da Golegã constata-se que a taxa de analfabetismo¹¹ continua a registar um decréscimo acentuado, tendo evoluído de 13,5% em 2001 para 7,9% em 2011, permanecendo superior à média nacional e idêntica à média sub-regional.

Quadro 8 – Evolução da Taxa de Analfabetismo (%)

Localização Geográfica	2001	2011
Golegã	13,5	7,9
Lezíria do Tejo	13,0	7,5
Continente	8,9	5,2

Fonte: INE (Recenseamento da População, 2011 e 2011)

Com efeito, verifica-se uma necessidade de maior articulação do Agrupamento de Escolas de Golegã, Azinhaga e Pombalinho com as Santas Casas e Instituições Particulares de Solidariedade Social com respostas sociais dirigidas a seniores, no sentido de minimizar esta problemática.

De resto, é ainda muito significativa a percentagem de população residente com níveis de instrução iguais ou inferiores ao ensino básico (68,5%), sendo ainda pouco significativa a percentagem de população residente com o ensino superior (11,2%), valor inferior às médias sub-regional e nacional.

Quadro 9 – Níveis de Instrução da População Residente em 2011 (%)

Localização Geográfica	Nenhum	1º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Ensino Secundário	Ensino Pós- Sec.	Ensino Superior
Golegã	9,2	33,2	10,5	15,6	17,2	0,7	11,2
Lezíria do Tejo	10,4	31,7	9,8	15,7	16,6	0,9	12,2
Continente	8,5	29,8	10,3	15,7	16,8	0,9	15,6

Fonte: INE (Recenseamento da População, 2011 e 2011)

¹¹ Taxa de Analfabetismo – Percentagem da população residente com 10 e mais anos que não sabe ler nem escrever.

A relativamente baixa percentagem de população residente com o ensino superior em relação à média nacional torna o Concelho menos competitivo em termos de estabelecimento de atividades empresariais que requeiram recursos humanos com formação superior, e por sua vez a inexistência de oportunidades de emprego leva a que uma fatia significativa de jovens com formação académica de nível superior opte por residir fora do Concelho.

Foram ainda identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Agrupamento de Escolas GAP; ■ Programas de Ocupação de Tempos Livres (Colónias de Férias, Juventude Radical, OTL Azinhaga, Casa das Artes); ■ Grupos de jovens religiosos ou outros.
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> ■ Projeto ECO – Encontro com o Outro Graal; ■ Programas para trabalhar projetos de Vida.
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Mentalidade fechada e pouco ambiciosa que passa de pais para filhos.
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Pouca qualificação; ■ Transgeracionalidade da atitude face ao emprego; ■ Pouca procura de informação; ■ Qualificação que não corresponde às necessidades/contextos; ■ Transportes públicos para fora do concelho insuficientes; ■ GIP não dá resposta; ■ Falta de formação especializada no Concelho; ■ Tecido empresarial reduzido.

1.3. NECESSIDADE DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

Esta problemática foi identificada quer pela Câmara Municipal, quer pelas Instituições do Concelho. No que diz respeito às Santas Casas da Misericórdia e Instituições Particulares de Solidariedade Social, estas identificaram necessidades ao nível da formação específica dos seus colaboradores e da comunidade em geral, no que diz respeito à reciclagem de competências e à aquisição de novos conhecimentos com vista à melhoria do seu desempenho e da sua qualidade de trabalho, nas seguintes áreas:

- Geriatria e Gerontologia;
- Saúde mental;
- Restauração: cozinha e serviço à mesa;
- Lavandaria e costura;
- Ação direta (dirigido a ajudantes familiares e ajudantes de lar e centro de dia);
- Formação de auxiliares de ação educativa.

Foram identificados também os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Salas de formação (Câmara Municipal da Golegã; Santas Casas da Misericórdia; IPSS; Agrupamento de Escolas; Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários; entre outros); ■ IEFP; ■ ACIS; ■ NERSANT.
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> ■ Candidaturas a fundos comunitários e outros.
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Baixas habilitações literárias da população; ■ Diminuição da procura de emprego.
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Baixa escolaridade; ■ Pouco investimento/interesse na formação; ■ Desmotivação; ■ Transgeracionalidade de atitude face ao emprego; ■ Transportes públicos para fora do Concelho insuficientes.

1.4. TRABALHO PRECÁRIO/SAZONAL

O trabalho precário está associado a um tipo de contrato de trabalho (trabalho temporário e/ou emprego a tempo parcial), contribuindo para a perda de regalias sociais do trabalhador e para a falta de reconhecimento e apreço social. Distingue-se, no entanto, do trabalho sazonal, que consiste naquele que se repete em algumas épocas do ano, normalmente em função das estações do ano ou dos modos de vida, nas empresas cuja atividade obedece às mesmas variações. No Concelho da Golegã, o setor da agricultura e a Feira Nacional do Cavalo contribuem para a enorme relevância deste problema.

A nível nacional, Arménio Farias (2013) da CGTP atribui mesmo a descida da taxa de desemprego à sazonalidade do emprego. Destaca ainda a precariedade do trabalho, uma vez que *"mesmo em relação a algum emprego criado agora com carácter sazonal, mais de 90% são contratados de muito curta duração"*.

RECURSOS

- Novo curso profissional de produção agrária no AEGAP;
- Crescimento da Mendes e Gonçalves.

OPORTUNIDADES

- Emparcelamento;
- Descongelamento de contratação pública;
- Exploração de uma marca de produtos agrícolas;
- Captação de reformados para residir no Concelho;
- Setores a explorar: agrícola; social; turismo; restauração, artesanato e fotografia.

AMEAÇAS

- Sazonalidade do trabalho agrícola;
- Precaridade de trabalhadores a recibos verdes e de trabalhadores com reduções remuneratórias/horárias.

CAUSAS

- Tecido empresarial reduzido;
- Setor primário cria emprego especializado no Concelho;
- Eventos sazonais;
- Pouca qualificação;
- Pouca oferta de emprego;
- Qualificação que não corresponde às necessidades/contextos;
- Falta de formação especializada no Concelho;
- Transgeracionalidade de atitude face ao emprego;
- Transportes públicos para fora do Concelho insuficientes.

2. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, HABITAÇÃO E SEGURANÇA

CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

- Câmara Municipal da Golegã – Acácio Nunes/Francisco Duarte/Fabiana Freire/Tatiana Roque
- Santa Casa da Misericórdia da Golegã – José Godinho Lopes
- Bombeiros Voluntários da Golegã – Luís Miguel Delgado Pratas
- GNR – Francisco José Dinis Narciso Fernandes
- Junta de Freguesia da Golegã – Mário Lopes Moço/António Camilo
- Junta de Freguesia de Azinhaga – Lúcio de Oliveira
- Junta de Freguesia do Pombalinho – Fernando Duarte
- CRIT – Liliana Felício
- Mendes e Gonçalves, S.A – Joana Oliveira/Vanessa Domingues

Foram ainda chamadas a estar presentes as seguintes entidades, não tendo comparecido a nenhuma das reuniões:

- Reserva Natural do Paul do Boquilobo

2.1. HABITAÇÕES DEGRADADAS E/OU DEVOLUTAS

Apesar do grupo de trabalho responsável pelas questões do Ordenamento do Território, Habitação e Segurança ter definido como problema de intervenção prioritária a existência de um elevado número de habitações degradadas e/ou devolutas, a informação quantitativa recolhida no âmbito dos Censos não vem corroborar esta perceção. De facto, no Concelho da Golegã, a proporção de edifícios com necessidades de grandes reparações ou muito degradados é muito inferior, situando-se nos 2,967% em 2011, às médias verificadas na sub-região da Lezíria do Tejo e no Continente.

É de salientar que na freguesia de Azinhaga o estado de degradação dos edifícios (4,93%) é muito superior ao das restantes freguesias do Concelho, situando mesmo acima da média do Continente (4,45%).

Quadro 10 – Proporção de Edifícios com Necessidades de Grandes Reparções ou Muito Degradados (%)

Localização Geográfica	2011
Golegã	1,63
Azinhaga	4,93
Pombalinho	2,31
Concelho	2,96
Lezíria do Tejo	5,34
Continente	4,45

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 2011)

No entanto, existe um número significativo de edifícios em risco de ruir, alguns de grandes dimensões e/ou com elevado valor patrimonial, nomeadamente a Quinta da Cardiga, a Quinta das Obras e o Cineteatro, na freguesia da Golegã, e a Quinta de São João da Ventosa e a antiga fábrica de Santa Terezinha (popularmente conhecida como “Fábrica do Bagaço”), na Azinhaga.

Verifica-se ainda a presença de um considerável número de residências com graves problemas habitacionais, nomeadamente ao nível das coberturas, que impede que as famílias que aí residem apresentem condições mínimas de qualidade de vida. Existe ainda um número residual de habitações sem água canalizada, sem eletricidade e/ou sem ligação à rede de saneamento básico.

Foram ainda identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS	
■	Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos em Matéria Habitacional;
■	Áreas de reabilitação urbana.

OPORTUNIDADES

- Projetos do IHRU (Solarh);
- Atribuição de penalizações aos proprietários de habitações degradadas através do IMI;
- Reabilitação de habitações pela CMG e cobrança aos proprietários de acordo com o previsto na lei.

AMEAÇAS

- Insuficiência económica.

CAUSAS

- Não aplicação da legislação em vigor;
- Falta de renovação geracional;
- Impedimentos económicos;
- Preferência do proprietário pela ocupação sazonal;
- Conjuntura socioeconómica;
- Falta de concretização e divulgação da estratégia para a reabilitação urbana;
- Abandono total ou parcial da propriedade;
- Habitações pré-fabricadas bastante degradadas;
- Excesso de oferta de habitação nova;
- Dificuldades nas partilhas da propriedade.

2.2. INSUFICIÊNCIA DE HABITAÇÕES SOCIAIS

Apesar da Câmara Municipal da Golegã dispor de um número significativo de habitações sociais que se destinam ao realojamento de agregados cujas habitações têm falta de condições de habitabilidade, higienização e salubridade ou em situação de manifesta exiguidade da área habitável para a dimensão do agregado familiar, o grupo de trabalho que se dedicou a este assunto considera que este número ainda é insuficiente.

Neste momento, encontram-se a residir em habitação social municipal 8 agregados na freguesia de Azinhaga e 27 agregados na freguesia de Golegã.

Saliente-se o facto de existirem, na freguesia da Golegã, duas habitações livres de tipologia T2, uma das quais devido à falta de condições de habitabilidade e outra por se estar a aguardar decisão por parte da autarquia sobre proposta para aquisição da mesma, e na freguesia de Azinhaga, uma habitação livre de tipologia T1, em virtude do arrendatário ter falecido recentemente.

Assim, a Câmara Municipal da Golegã gere 37 fogos habitacionais, sendo 9 habitações na Azinhaga e 28 na Golegã, não existindo nenhuma habitação social municipal na freguesia Pombalinho.

Quadro 11 – Agregados Familiares Realojados em Habitação Social pela CMG

Golegã		Azinhaga	
T1	3	T1	4
T2	11	T2	3
T3	9	T3	0
T4	4	T5	1
Total: 27		Total: 8	

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã, 2015

Atualmente existem 42 agregados candidatos à atribuição de uma habitação social municipal, sendo os principais motivos indicados pelos mesmos os seguintes:

- Residir em habitação com graves deficiências de solidez, segurança e/ ou salubridade;
- Manifesta exiguidade da área habitual para o número de pessoas do agregado familiar;
- Dificuldades económicas não permitem arrendar habitação no mercado normal de arrendamento.

Quadro 12 – Agregados Familiares a Aguardar Realojamento Inscritos na CMG

Motivos	
Reside em habitação com graves deficiências de solidez, segurança e/ ou salubridade	18
Manifesta exiguidade da área habitual para o número de pessoas do agregado familiar	5
Dificuldades económicas para arrendar habitação no mercado normal de arrendamento	19
Total: 42	

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã, 2015

Constata-se que a tipologia T1 é aquela que mais se adequa às necessidades dos agregados familiares a aguardar realojamento. Saliente-se ainda que nem todos os processos de candidatura são considerados como situações de intervenção prioritária.

Quadro 13 – Tipologia de Habitação Adequada aos Agregados Familiares a Aguardar Realojamento Inscritos na CMG

Tipologia	
T1	24
T2	10
T3	6
T4	2
Total: 41	

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã, 2015

É ainda de referir a existência de algumas habitações propriedade das Santas Casas da Misericórdia da Golegã e da Azinhaga que, apesar das rendas praticadas não obedecerem aos critérios estabelecidos pelo regime de renda apoiada, estão arrendadas a agregados em situação de vulnerabilidade económica e social a preços bastante inferiores aos praticados pelo mercado de arrendamento.

Foram também identificados pelo grupo de trabalho recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Câmara Municipal da Golegã, através da recuperação de habitações sociais já existentes; ■ Santas Casas da Misericórdia da Golegã e de Azinhaga; ■ Apoio financeiro ao arrendamento.
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> ■ Candidaturas a programas de construção de habitação social; ■ Porta 65 Jovem.

AMEAÇAS

- Insuficiência económica.

CAUSAS

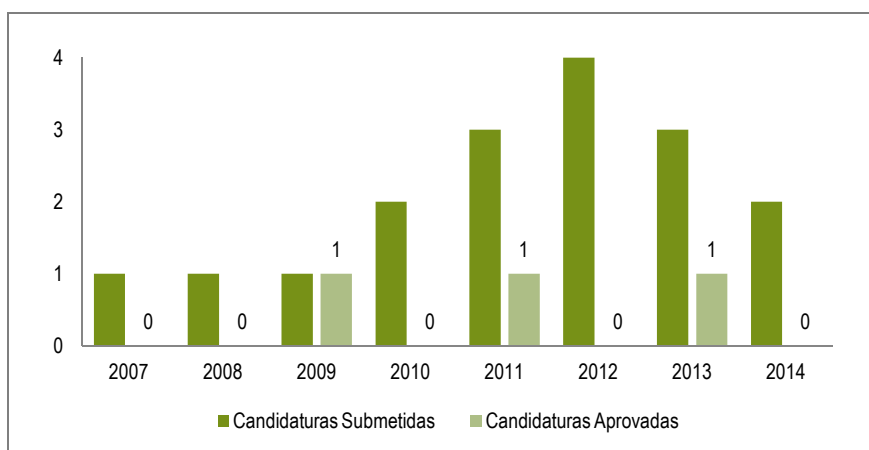
- Impedimentos económicos;
- Conjuntura socioeconómica;
- Habitações pré-fabricadas bastante degradadas.

2.3. INSUFICIÊNCIA DE HABITAÇÃO PARA JOVENS

O grupo de trabalho responsável pelas questões da habitação validou esta problemática associando-a quer à dificuldade em encontrar habitações disponíveis para arrendamento, sendo de registar uma preferência dos proprietários pela ocupação sazonal; quer à oferta reduzida de imóveis recentes, prontos a habitar, para aquisição. Por outro lado, os preços dos terrenos e habitações estão inflacionados, sendo superiores aos praticados nos Municípios limítrofes.

Contudo, existem diversos apoios à habitação disponíveis, nomeadamente a Habitação Social (v. 2.2), o Apoio Financeiro ao Arrendamento (v. 4.1) e o Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos em Matéria Habitacional (v. 4.1), oferecidos pelo Município da Golegã. O Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, através do Programa Porta 65 Jovem, apoiou também 3 agregados jovens desde 2007 disponibilizando-lhe um apoio ao arrendamento, no valor médio mensal de €159,67.

Gráfico 3 – Candidaturas ao Porta 65 Jovem (IHRU) no Concelho da Golegã



Fonte: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2015

Foram ainda identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> Redução do preço dos terrenos; Isenção do pagamento de taxas para primeira habitação.
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> Apoio Municipal ao Arrendamento Jovem; Programa Porta 65 Jovem do IRHU.
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> Preço inflacionado dos terrenos e da habitação.

CAUSAS

- Impedimentos económicos;
- Conjuntura socioeconómica;
- Preferência do proprietário pela ocupação sazonal;
- Arrendamento sazonal ilegal;
- Falta de concretização e divulgação da estratégia para reabilitação urbana;
- Abandono total ou parcial da propriedade.

2.4. FALTA DE SEGURANÇA NAS RODOVIAS

No quadro da sub-região da Lezíria do Tejo, o número de vítimas de acidentes de viação nos últimos quatro anos tem diminuído, apesar de, no ano de 2013, ter havido uma ligeira subida em relação ao ano anterior.

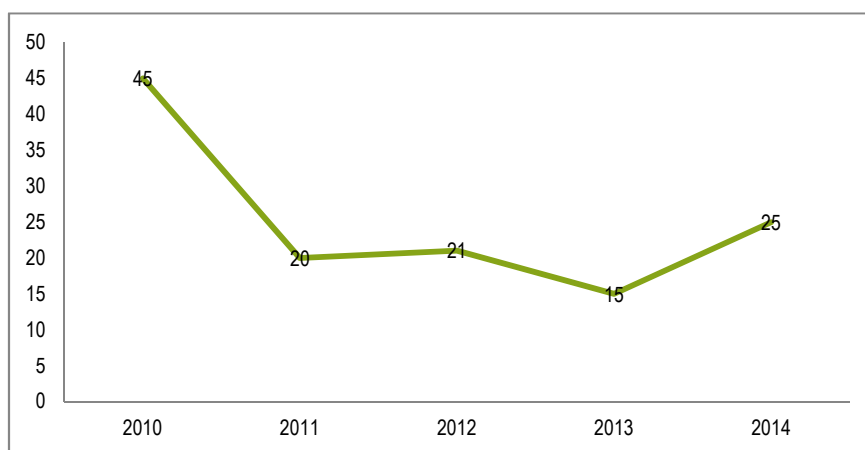
Relativamente ao Concelho da Golegã, este apresenta uma diminuição muito significativa, desde 2010, do número de vítimas, apesar de, em 2014, ter voltado a registar-se um aumento. O ano de 2013 é o que apresenta o menor número de vítimas de acidentes de viação. Saliente-se ainda que enquanto os dados relativos à sub-região da Lezíria do Tejo e do Continente foram alvo de consulta no *site* do Instituto Nacional de Estatística (fornecidos pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária), os dados relativos ao Concelho da Golegã foram divulgados diretamente pela Guarda Nacional Republicana – Posto da Golegã, de forma a obter-se informação que incluía a freguesia do Pombalinho.

Quadro 14 – Vítimas de Acidentes de Viação

Localização Geográfica	2010			2011			2012			2013		
	Total de Vítimas	Feridos	Mortos	Total de Vítimas	Feridos	Mortos	Total de Vítimas	Feridos	Mortos	Total de Vítimas	Feridos	Mortos
Golegã	45	45	0	20	20	0	22	21	1	15	15	0
Lezíria do Tejo	1597	1557	40	1310	1271	39	1160	1125	35	1195	1161	34
Continente	47302	46365	937	42851	41960	891	38823	38102	718	39390	38753	637

Fonte: INE (Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, 2014) e Guarda Nacional Republicana, 2015

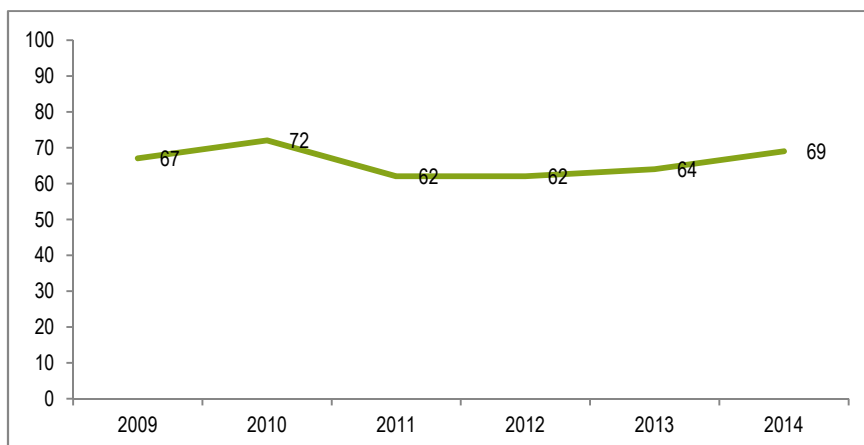
Gráfico 4 – Evolução do Número Total de Vítimas de Acidentes de Viação no Concelho da Golegã



Fonte: Guarda Nacional Republicana, 2015

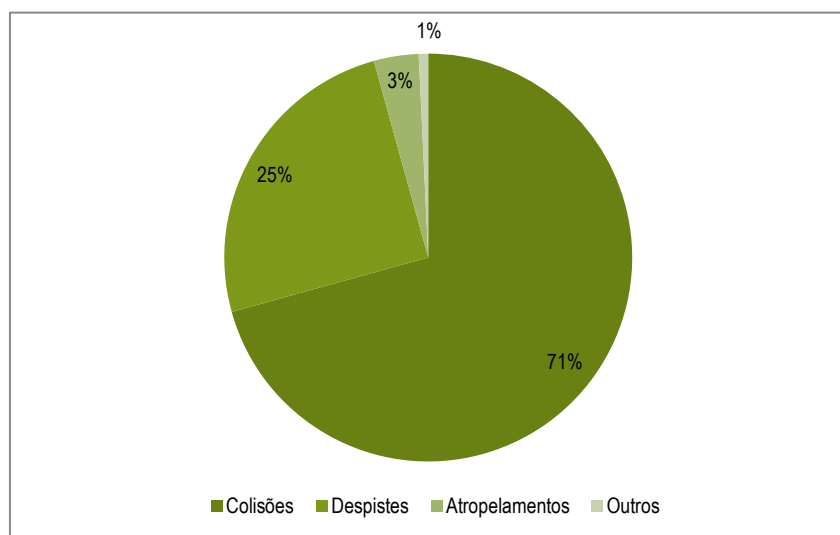
No que diz respeito ao número de acidentes de viação no Concelho da Golegã, o mesmo tem vindo a diminuir desde 2010, sendo que a grande maioria se deveu a colisões e despistes. Esclarece-se ainda que o número de atropelamentos se deve na totalidade a atropelamentos de animais e não de pessoas.

Gráfico 5 – Evolução do Número Total de Acidentes de Viação no Concelho da Golegã



Fonte: Guarda Nacional Republicana, 2015

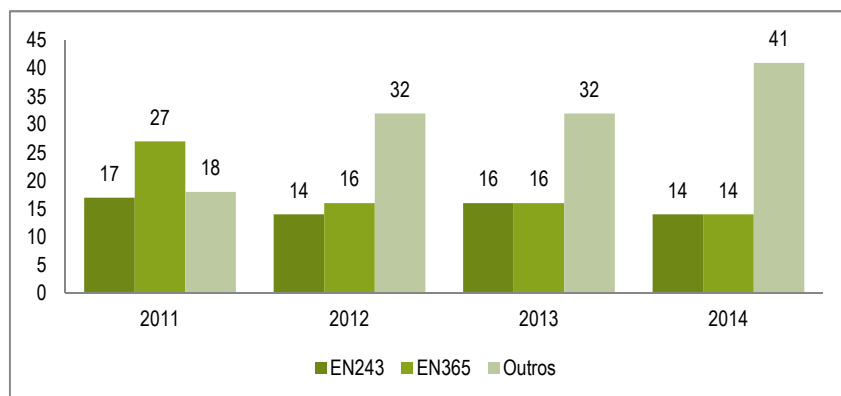
Gráfico 6 – Acidentes de Viação por Tipologia no Concelho da Golegã (entre 2009 e 2014)



Fonte: Guarda Nacional Republicana, 2015

A Guarda Nacional Republicana – Posto de Golegã identificou como Pontos Negros o troço entre o Posto da GNR e a Ponte da Chamusca (EN243) e o troço entre o Cemitério da Golegã e o Entroncamento (EN365).

Gráfico 7 – Número de Acidentes por Via no Concelho da Golegã



Fonte: Guarda Nacional Republicana, 2015

Foram ainda identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS

- Câmara Municipal da Golegã: previsão de alteração da circulação no cruzamento da Rua Timor Lorosae com a Rua Margarida Relvas.

OPORTUNIDADES

- Criação de condições para que os agricultores circulem nos terrenos agrícolas;
- Colocação de semáforos de controlo de velocidade e rotundas;
- Construção de via de acesso ao cemitério da Golegã pela Rua Casal Branco;
- Construção de rotunda junto ao cemitério da Golegã/Mendes Gonçalves;
- Colocação de raides de proteção em algumas vias.

AMEAÇAS

- Árvores e outras barreiras nos passeios que impedem visibilidade de sinalização vertical;
- Existência de lombas demasiado altas e excesso de lombas;
- Lamas na EN365;
- Cruzamentos perigosos (Timor Lorosae/Quinta dos Álamos; Timor Lorosae/Margarida Relvas).

CAUSAS

- Cruzamentos perigosos;
- Falta de visibilidade de sinalização vertical;
- Existência de lamas EN365;
- Depressões nos pavimentos;
- Falta de corte/limpeza nas bermas das estradas;

- Falta de plano para as acessibilidades;
- Impedimentos económicos;
- Não aplicação da legislação em vigor;
- Lombas desadequadas;
- Falta de cultura para as acessibilidades;
- Falta de estacionamento para pessoas com mobilidade condicionada.

2.5. FALTA DE ACESSIBILIDADES (NOS DOMÍLIOS E NOS ESPAÇOS PÚBLICOS)

A nível do Concelho da Golegã os equipamentos adaptados à mobilidade da população, ou seja, a existência de elevador nos edifícios com 1.º andar ou mais, são ainda em número reduzido para o que seria desejável. Relativamente aos edifícios onde se encontram sediados serviços públicos, apenas a Câmara Municipal da Golegã e alguns edifícios do Agrupamento de Escolas de Golegã, Azinhaga e Pombalinho (Jardins de Infância de Golegã e Pombalinho e Escola E.B.2,3/S Mestre Martins Correia) não permitem o acesso a pessoas com mobilidade reduzida à totalidade dos espaços.

As Instituições com respostas sociais dirigidas à população sénior identificaram ainda a necessidade de colocação de corrimãos de segurança em corredores e casas de banho e a existência de algumas instalações sanitárias sem dimensão adequada para o acesso a pessoas com mobilidade reduzida.

Também alguns edifícios das Santas Casas da Misericórdia do Concelho carecem de elevador, nomeadamente o Clube Vida na Golegã, e algumas salas de formação na Azinhaga. No Pombalinho, estão em curso algumas obras de reabilitação do edifício, prevendo-se tornar acessível a todos o acesso ao primeiro andar.

De destacar ainda a necessidade de colocação de rampas para acesso ao Jardim de Infância do Centro Social Paroquial da Golegã e à Igreja Matriz da Golegã. Também no Centro Social Paroquial, há necessidade de serem realizadas obras que tornem acessíveis a Horta Pedagógica e o Parque Infantil da Creche.

Os parceiros referiram ainda algumas dificuldades no acesso aos edifícios devido ao facto de os passeios terem excesso de balizadores e mobiliário urbano que impedem a circulação de peões, nomeadamente, das pessoas com mobilidade reduzida.

No que diz respeito às acessibilidades nos domicílios, a grande maioria das habitações é de rés-do-chão estando acessível a pessoas com mobilidade condicionada. Saliente-se ainda que a Câmara Municipal disponibiliza, de acordo com o preconizado na alínea b) do n.º 2 do artigo 1.º do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos em Matéria Habitacional apoio em materiais de construção para a *“melhoria das condições de segurança e conforto de pessoas em situação de dificuldade ou risco, relacionado com a mobilidade e/ou segurança no domicílio, decorrente do processo de envelhecimento e/ou de doenças crónicas debilitantes e/ou portadores de deficiência físico-motora comprovada”*, nomeadamente a colocação de rampas, colocação de barras verticais e horizontais fixas para suporte, substituição de banheiras por polibans, correção de degraus, entre outros.

Foram ainda identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS

- Câmara Municipal da Golegã: Plano Municipal de Mobilidade.

OPORTUNIDADES

- Candidaturas a fundos comunitários e outros.

AMEAÇAS

- Barreiras arquitetónicas nos passeios que impedem a circulação de pessoas com mobilidade reduzida com produtos de apoio (cadeiras de rodas, andarilhos) e pessoas com necessidades específicas (carrinhos de bebé).

CAUSAS

- Não aplicação da legislação em vigor;
- Falta de plano para as acessibilidades;
- Falta de cultura para as acessibilidades;
- Impedimentos económicos;
- Depressões nos pavimentos;
- Lombas desadequadas;
- Falta de corte na vegetação nas bermas das estradas;
- Faltam estacionamento para pessoas com mobilidade condicionada;
- Aumento do número de pessoas com dependência.

2.6. POLUIÇÃO DAS ÁGUAS FLUVIAIS

O Concelho da Golegã apresenta uma grande riqueza de património natural, destacando-se pela diversidade de recursos hídricos. Sendo atravessado por dois rios, o Tejo e o Almonda, possui também lagoas, charcas e valas de drenagem que caracterizam a paisagem local e permitem a presença de elementos faunísticos e florísticos com relevante interesse de conservação, realçando-se a existência de uma área protegida no Concelho, a Reserva Natural do Paul do Boquilobo.

Não obstante a diversidade e riqueza de recursos hídricos, estes apresentam grande vulnerabilidade devido aos índices de poluição registados. Sendo histórica a proliferação de infestantes aquáticas por macrófitas, na lagoa, paul, valas de drenagem e troços do rio Almonda, estes surtos ocorreram devido aos elevados índices de nutrientes disponíveis e à consequente diminuição do teor de oxigénio dissolvido, que ocorre também naturalmente na assequência de aquecimento atmosférico. Contudo, nos últimos anos, foram desenvolvidos, por parte dos agricultores e das associações que os representam, nomeadamente por parte da Agrotejo, esforços de alteração de práticas de fertilização que têm permitido inverter progressivamente esse processo, sendo o nosso concelho reconhecido pelas boas práticas agrícolas que vem implementando.

Estas contaminações derivam essencialmente de causas antropogénicas e relacionam-se com a fertilização dos solos e com descargas de águas residuais a montante não conformes, sendo que esta última causa tem contribuído para a existência de episódios de mortandade de peixes no rio Almonda. Estas descargas são essencialmente de duas origens: de origem industrial e de equipamentos públicos (Estações de Tratamento de Águas Residuais).

Os parceiros sociais identificaram para esta problemática os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causas.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Câmara Municipal da Golegã (Serviço de Ambiente); ■ Manutenção da qualidade do funcionamento das estações elevatórias.
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> ■ Limpeza das margens do rio Almonda e da vala das cordas.
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Descargas das ETAR'S a montante; ■ Despejo de entulho junto aos rios; ■ Ligação de esgotos domésticos aos esgotos pluviais.
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Impedimentos económicos; ■ Não aplicação da legislação em vigor;

- Descargas poluentes a montante do Concelho;
- Ligação de esgotos domésticos aos esgotos pluviais;
- Despejo de entulhos junto aos rios.

3. CIDADANIA ATIVA

CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

- Câmara Municipal da Golegã – Fabiana Freire/Tatiana Roque
- Tejo d'Honra – Maria Elisa Moita
- Conferência “Nossa Senhora da Conceição” – Maria Eugénia Reis Mendes
- Graal – Maria Teresinha Tavares
- Associação Cultural Cantar Nosso – José Dias
- Filarmónica da Golegã – Maria de Lurdes Leal Braz
- Pastoral Social – António Rafael
- Olé Golegã – Élio Trancas
- ANTE – José Veiga Maltez
- Sociedade Columbófila – Élio Trancas
- Rancho Folclórico da Golegã – Isabel Amora
- Mendes Gonçalves, S.A – Joana Oliveira/António Salgueiro

Foram ainda chamadas a estar presentes as seguintes entidades, não tendo comparecido a nenhuma das reuniões:

- Futebol Clube Goleganense
- Filarmónica da Azinhaga
- Clube de Ténis da Golegã
- Fundação José Saramago
- Casa do Benfica
- Núcleo Sportinguista
- Rancho dos Campinhos de Azinhaga

3.1. NECESSIDADE DE VOLUNTARIADO LIGADO À SOLIDARIEDADE EFETIVA NO APOIO A FAMÍLIAS

Desde 2011 (data em que foi criado o Banco Local de Voluntariado da Golegã) até ao presente, o Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã rececionou 91 inscrições para trabalho voluntário, sendo 71 mulheres e 20 homens, o que demonstra que as mulheres estão mais envolvidas em, pelo menos, uma atividade de trabalho voluntário.

Contudo, no mês de março de 2015 apenas estavam ativos 17 processos de voluntariado, o que atesta a grande instabilidade e dificuldade em estabelecer compromissos dos voluntários, sendo que grande parte destes foram convidados a desempenhar trabalho comunitário por se encontrarem a receber apoios sociais, designadamente, apoio alimentar em géneros.

Quadro 15 – Total de Voluntários por Género Inscritos no Banco Local de Voluntariado da Golegã

	Mulheres	Homens	Total
Inscrições	71	20	91

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã, 2015

Relativamente ao nível de escolaridade, não foram encontradas diferenças significativas apesar do número mais baixo de voluntários ter sido observado nos indivíduos que completaram o 1.º Ciclo do Ensino Básico (13) e o mais alto nos indivíduos com o 3.º Ciclo do Ensino Básico (22).

Quadro 16 – Total de Voluntários por Nível de Escolaridade Inscritos no Banco Local de Voluntariado da Golegã

	Não responde	1º Ciclo EB	2º Ciclo EB	3º Ciclo EB	Secundário	Superior
Inscrições	2	13	17	22	18	19

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã, 2015

No que diz respeito à existência de voluntários a desempenhar funções associadas à solidariedade e ao apoio a famílias, o número de voluntários inscritos no Banco Local de Voluntariado é bastante reduzido existindo apenas algumas voluntárias (4 em março de 2015) a desenvolver serviço voluntário na Santa Casa da Misericórdia da Golegã (apoio religioso, apoio às atividade de animação e apoio ao ginásio). No entanto, existe um grupo considerável de voluntários, nomeadamente a lecionar disciplinas na Academia Sénior da Golegã que não estão inscritos no Banco Local de Voluntariado.

Saliente-se ainda a grande dificuldade em atrair voluntários jovens para desenvolvimento de atividades com os públicos socioeconomicamente mais vulneráveis.

No entanto, apesar da Câmara Municipal da Golegã suportar as despesas com os seguros dos voluntários integrados em todas as entidades públicas do Concelho que se encontram inscritos no Banco Local de Voluntariado, existem ainda vários

grupos de voluntários em que nenhum membro se encontra inscrito (nomeadamente grupos religiosos, dirigentes associativos, entre outros)

Foram ainda identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Banco Local de Voluntariado da Golegã; ■ Pastoral Social; ■ Ministros da Comunhão; ■ Sociedade São Vicente de Paulo – Conferência Nossa Senhora da Conceição e Conferência de São Martinho.
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> ■ Recuperação do projeto da Pastoral Social “Antena” (em cada rua uma pessoa que identifique os mais vulneráveis e as suas necessidades).
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Dificuldade em encontrar voluntários.
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Falta de formação/educação para o voluntariado; ■ Falta cultura de voluntariado; ■ Falta educação para a cidadania e para a responsabilidade; ■ Oferta no domicílio (jogos, televisão, internet) mais atrativa e valorizada; ■ Projetos de voluntariado não são divulgados com base nas vantagens para os próprios; ■ Falta de motivação; ■ Dificuldade em assumir compromissos regulares; ■ Cultura local; ■ Dificuldade dos voluntários em assumir trabalho voluntário regular (compromisso); ■ Receio de exposição dos indivíduos e das coletividades.

3.2. INSUFICIÊNCIA E DESARTICULAÇÃO DE INICIATIVAS DE VOLUNTARIADO, NOMEADAMENTE INICIATIVAS CULTURAIS

Apesar do número considerável de associações existentes no Concelho da Golegã e de muitas destas serem bastante dinâmicas, oferecendo à população um conjunto diversificado de iniciativas e projetos, os membros do grupo de trabalho que desenvolveram as questões associadas à Cidadania Ativa concluíram que não há articulação entre estas, não existindo um plano de atividades conjunto, o que contribui para a realização em simultâneo de várias iniciativas. Verificou-se ainda que os vários serviços, instituições e associações da comunidade não conhecem o trabalho desenvolvido uns pelos outros.

Todavia, percebeu-se que os mesmos voluntários integram várias associações, apresentando-se a dificuldade de integração de novos membros como um constrangimento a uma maior dinâmica associativa. De ressaltar que foram identificadas necessidades ao nível da formação para a cidadania dos jovens, da promoção de uma cultura de voluntariado e do estabelecimento de compromissos regulares.

Foram ainda identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Agrupamento de escolas GAP (aulas de formação cívica); ■ Projeto Eco Encontro com o Outro (Graal); ■ Rede Social; ■ Parcerias já existentes entre as várias instituições; ■ Semana da Cultura.
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> ■ Conhecimento aprofundado dos projetos de outros Concelhos; ■ Dinamização de projetos.
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Conformismo da população; falta de iniciativa de empreendedorismo; ■ Instituições estão centradas entre si.
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Falta cultura de voluntariado; ■ Pouca articulação interinstitucional/necessidade de criar sinergias; ■ Falta de motivação; ■ Falta de educação para a cidadania e para a responsabilidade; ■ Falta um centro de difusão cultural; ■ Falta de plano de atividades conjunto;

- Cultura local;
- Falta de formação/educação para o voluntariado;
- Oferta no domicílio (jogos, televisão, internet) mais atrativa e valorizada;
- Dificuldade dos voluntários em assumir trabalho voluntário regular (compromisso);
- Subsidiodependência das associações;
- Interesses económicos de algumas coletividades;
- Projetos de voluntariado não são divulgados com base nas vantagens para os próprios;
- Receio de exposição dos indivíduos e das coletividades;
- Dificuldade em assumir compromissos regulares.

3.3. DÉFICE DE PARTICIPAÇÃO CÍVICA E CULTURAL

O grupo de trabalho identificou como constrangimento a uma Cidadania Ativa o défice de participação da população, sobretudo na freguesia da Golegã, atribuindo a mesma à cultura local e a uma falta de bairrismo. Salientou-se ainda um excesso de oferta, nomeadamente no domicílio (jogos, televisão, internet, entre outros).

Foram ainda identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Agrupamento de Escolas GAP (Formação Cívica); ■ Projeto Eco Encontro com o Outro (Graal); ■ Projetos associativos.
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> ■ Não identificadas.
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Falta de bairrismo (na Golegã); ■ Excesso de oferta; ■ Oferta no domicílio através de novas tecnologias de informação.
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Cultura local; ■ Oferta no domicílio (jogos, televisão, internet) mais atrativa e valorizada; ■ Dificuldade em assumir compromissos regulares; ■ Falta um centro de difusão cultural; ■ Falta de plano de atividades conjunto; ■ Falta de educação para a cidadania e para a responsabilidade; ■ Receio de exposição dos indivíduos e das coletividades; ■ Dificuldade em assumir compromissos regulares.

4. FAMÍLIA E ESCOLA

CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

- Câmara Municipal da Golegã – Fabiana Freire/Tatiana Roque
- Agrupamento de Escolas GAP – Maria da Conceição Pereira
- Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga – Ricardo Santos
- Santa Casa da Misericórdia da Golegã – Fernanda Oliveira
- CPCJ – Ricardo Santos
- Centro Distrital de Segurança Social – Carla Dinis

Foram ainda chamadas a estar presentes as seguintes entidades, não tendo comparecido a nenhuma das reuniões:

- GNR (NPE – Escola Segura)
- Centro Social Paroquial
- Associação de Pais
- Mendes Gonçalves, S.A

4.1. NECESSIDADES ALIMENTARES E ECONÓMICAS

O Concelho da Golegã é rico em apoios sociais. No plano alimentar destacam-se: os apoios alimentares em géneros (nomeadamente através do Banco Alimentar Contra a Fome); as Cantinas Sociais; o Fundo Europeu de Auxílio aos Carenciados (FEAC); e, o Programa Escolar de Reforço Alimentar (PERA). Existem ainda outros apoios socioeconómicos, tais como: o Apoio Complementar na Aquisição de Medicamentos; o Apoio Financeiro ao Arrendamento; o Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos em Matéria Habitacional; a Habitação Social; o Incentivo à Natalidade; e, as Bolsas de Estudos e de Mérito a Estudantes do Ensino Superior.

APOIOS ALIMENTARES EM GÉNEROS

No Concelho da Golegã, existem três entidades que distribuem alimentos provenientes do Banco Alimentar Contra a Fome de Santarém aos agregados economicamente mais vulneráveis: a Sociedade São Vicente de Paulo; a Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga; e, a Casa do Povo do Pombalinho. A Câmara Municipal apoia estas entidades através da avaliação dos agregados que se candidatam ao apoio nas freguesias de Golegã e Azinhaga e transporte mensal dos alimentos (do Banco Alimentar Contra a Fome de Santarém para a Golegã, Azinhaga e Pombalinho). Procede ainda à avaliação socioeconómica dos agregados apoiados pela Junta de Freguesia da Golegã. A avaliação e acompanhamento destes agregados inclui a realização de visitas domiciliárias, a assinatura de um Plano de Desenvolvimento Familiar e o encaminhamento para trabalho comunitário, sempre que possível.

Apesar de se verificarem algumas oscilações, nos últimos anos o número de beneficiários de apoios alimentares em géneros tem vindo a diminuir nas três freguesias. No geral, o ano em que houve mais apoios alimentares atribuídos foi em 2010.

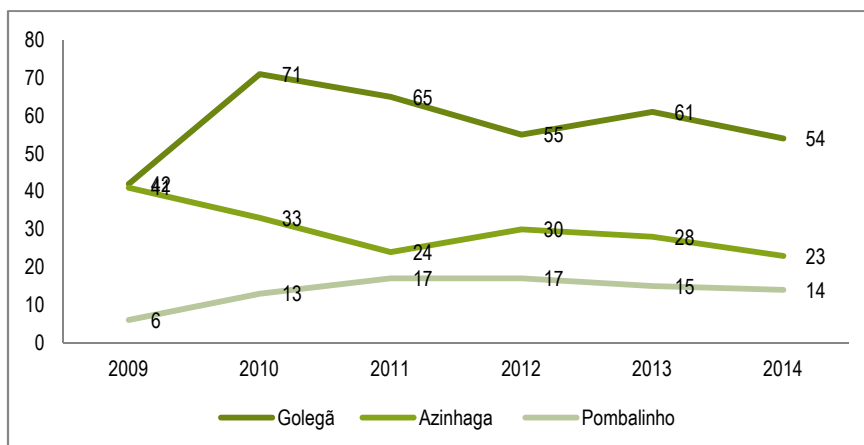
Nos últimos 6 anos, foram apoiados 609 agregados familiares.

Quadro 17 – Agregados Beneficiários de Apoios Alimentares em Géneros no Concelho da Golegã¹²

Entidades		2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Nº Famílias Apoiadas	Sociedade de São Vicente de Paulo e Junta de Freguesia da Golegã	42	71	65	55	61	54	348
	Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga	41	33	24	30	28	23	179
	Casa do Povo do Pombalinho	6	13	17	17	15	14	82
Total		89	117	106	102	104	91	609

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã e Casa do Povo do Pombalinho, 2015

¹² Foi considerado o número de agregados apoiados no mês de janeiro de cada ano.

Gráfico 8 – Evolução do Número de Beneficiários de Apoios Alimentares em Géneros no Concelho da Golegã


Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã e Casa do Povo do Pombalinho, 2015

CANTINAS SOCIAIS

O Concelho da Golegã dispõe de três cantinas sociais, uma por freguesia, sediadas nas Santas Casas da Misericórdia da Golegã e Azinhaga e na Casa do Povo do Pombalinho. Apesar de em 2013 se registar um grande aumento do número de famílias apoiadas, no último ano houve um ligeiro decréscimo em todas as freguesias.

Quadro 18 – Agregados Beneficiários de Cantinas Sociais no Concelho da Golegã

Entidades		2012	2013	2014	Total
Nº Famílias Apoiadas	Santa Casa da Misericórdia da Golegã	2	8	9	19
	Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga	1	9	6	16
	Casa do Povo do Pombalinho	3	5	3	11
Total		6	22	18	46

Fonte: Santa Casa da Misericórdia da Golegã, Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga e Casa do Povo do Pombalinho, 2015

FUNDO EUROPEU DE AUXÍLIO AOS CARENCIADOS (FEAC)

Relativamente ao Fundo Europeu de Auxílio a Carençados (FEAC), desde 2009, o número de famílias apoiadas tem vindo a diminuir sendo que os principais decréscimos se registaram em 2010 e 2014.

Quadro 19 – Agregados Beneficiários do Fundo Europeu de Auxílio a Carenciados no Concelho da Golegã

Entidades		2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
N.º de Beneficiários Apoiados	Santa Casa da Misericórdia da Golegã	33	14	16	14	11	3	91
	Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga	30	19	18	16	13	8	104
	Casa do Povo do Pombalinho	11	13	13	16	13	6	72
Total		74	46	47	46	37	17	267

Fonte: Santa Casa da Misericórdia da Golegã, Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga e Casa do Povo do Pombalinho, 2015

PROGRAMA ESCOLAR DE REFORÇO ALIMENTAR (PERA)

O PERA é um Programa do Instituto da Segurança Social que surge da necessidade de dar continuidade às ações de apoio alimentar já promovidas pelas escolas no âmbito da Ação Social Escolar. No Concelho da Golegã, tem apoiado uma média de 11 alunos nos últimos três anos letivos. Apenas se registam casos de alunos apoiados nas freguesias de Golegã e Azinhaga.

Quadro 20 – Alunos Beneficiários do Programa Escolar de Reforço Alimentar no Concelho da Golegã

Localização Geográfica		2012/2013	2013/2014	2014/2015
Nº Alunos Apoiados	Golegã	9	9	6
	Azinhaga	1	2	5
	Pombalinho	0	0	0
Total		10	11	11

Fonte: Centro Distrital da Segurança Social de Santarém, 2015

Contudo, saliente-se que o Agrupamento de Escolas apoia um número considerável de outros alunos, com o apoio da Câmara Municipal, sendo que muitos deles estão inseridos em níveis de escolaridade que não são considerados pelo PERA (pré-escolar e ensino secundário).

APOIO COMPLEMENTAR NA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

Este apoio, disponibilizado pela Câmara Municipal da Golegã, consiste na comparticipação dos medicamentos que sejam imprescindíveis à sobrevivência e/ou qualidade de vida do utente, que visem fazer face a doença crónica ou continuada devidamente comprovada e traduz-se na comparticipação de uma percentagem variável do valor dos medicamentos de acordo com os rendimentos do agregado familiar, não podendo exceder, cumulativamente, o montante anual de 300,00€ por beneficiário.

Após um decréscimo do número de Municípes apoiados nos anos de 2011 e 2012, verificou-se um aumento progressivo até 2014 do volume de candidaturas aprovadas.

Quadro 21 – Municípes apoiados no âmbito do Apoio Complementar na Aquisição de Medicamentos pela CMG

	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Municípes Apoiados	21	13	12	26	31	103

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã, 2015

De registar que também a Junta de Freguesia da Golegã disponibiliza um apoio económico aos medicamentos, comparticipando a 100% o valor dos mesmos, apoiando neste momento 7 utentes.

APOIO FINANCEIRO AO ARRENDAMENTO

O apoio ao arrendamento é disponibilizado pela Câmara Municipal da Golegã traduz-se na comparticipação a 20% do valor mensal da renda até ao limite mensal de 75,00€, para agregados economicamente vulneráveis. Os candidatos poderão usufruir do subsídio por um prazo máximo de 5 anos, seguidos ou intercalados.

O número de agregados familiares beneficiários do apoio ao arrendamento tem vindo a aumentar progressivamente nos últimos anos, assistindo-se a um acréscimo muito significativo em 2014.

Quadro 22 – Agregados familiares apoiados no âmbito do Apoio Financeiro ao Arrendamento pela CMG

	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Agregados Familiares Apoiados	4	3	4	7	16	34

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã, 2015

APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS EM MATÉRIA HABITACIONAL

Este apoio é atribuído pela Câmara Municipal da Golegã e consiste no fornecimento de materiais necessários à realização das obras, a título gratuito, num montante correspondente ao valor máximo de quatro salários mínimos nacionais. Destina-se a contemplar as seguintes situações:

- Obras de recuperação, reabilitação ou reparação de habitações degradadas, incluindo redes internas de água, esgotos e eletricidade;

- Melhoria das condições de segurança e conforto de pessoas em situação de dificuldade ou risco, relacionado com a mobilidade e/ou segurança no domicílio, decorrente do processo de envelhecimento e/ou de doenças crónicas debilitantes e/ou portadores de deficiência física-motora comprovada.

Apesar de algumas oscilações, o número de processos do Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos em Matéria Habitacional tem-se mantido relativamente estável, pese embora se verifique um pico, quer no que diz respeito a candidaturas submetidas, quer ao número de processos deferidos, em 2011, em ambas as freguesias (Golegã e Azinhaga). Contudo, assistimos a um decréscimo do número de processos a partir de 2012, que apenas aumentou em 2014 devido às candidaturas submetidas na recente freguesia do Pombalinho.

Quadro 23 – Apoios Atribuídos a Estratos Sociais Desfavorecidos em Matéria Habitacional pela CMG

Processos por Localização Geográfica		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Submetidos	Golegã	2	4	7	11	6	7	3	3	5	48
	Azinhaga	3	6	2	8	4	4	3	2	1	33
	Pombalinho	0	0	0	0	0	0	0	1	4	5
	Total	5	10	9	19	10	11	6	6	10	86
Deferidos	Golegã	0	3	6	5	5	4	2	3	2	30
	Azinhaga	2	5	1	6	1	4	2	0	1	22
	Pombalinho	0	0	0	0	0	0	0	1	3	4
	Total	2	8	7	11	6	8	4	4	6	56

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã, 2015

INCENTIVO À NATALIDADE

Este apoio é concedido pela Câmara Municipal da Golegã desde dezembro de 2014 e consiste na atribuição de um subsídio, de prestação única, a atribuir logo após o nascimento, a todas as crianças nascidas após a data de entrada em vigor do presente Regulamento e de um subsídio mensal, durante os dois primeiros anos de vida.

Quadro 24 – Número de Famílias beneficiárias de Incentivo à Natalidade pela CMG

	2014	Até março 2015
Agregados Familiares Apoiados	13	43

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã, 2015

BOLSAS DE ESTUDO PARA ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

Este apoio é atribuído pela Câmara Municipal da Golegã e destina-se a apoiar o prosseguimento de estudos a estudantes oriundos de famílias economicamente carenciadas e com aproveitamento escolar que, por falta de meios, se veem impossibilitados de o fazer. A Câmara atribui anualmente 15 bolsas cujo montante é mensalmente igual a 30% da remuneração mínima mensal garantida em vigor, no ano em referência, e terá como duração 10 meses do ano letivo.

De 2006 a 2014, a Câmara Municipal da Golegã atribuiu 86 bolsas de estudo, tendo-se verificado um aumento significativo, quer devido a alterações regulamentares que possibilitaram um aumento do número de bolsas, quer devido ao aumento de candidaturas.

Quadro 25 – Bolsas de Estudo Atribuídas aos Estudantes do Ensino Superior pela CMG

Ano	Número de Bolsas de Estudo Atribuídas
2014	14
2013	15
2012	12
2011	11
2010	12
2009	9
2008	6
2007	4
2006	3
Total	86

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã, 2015

BOLSAS DE ESTUDO POR MÉRITO

As bolsas de estudo por mérito também são atribuídas pela Câmara Municipal da Golegã desde 2012 e consistem numa prestação pecuniária, destinada a estudantes do ensino superior que tenham mostrado um aproveitamento escolar excecional. A Câmara disponibiliza anualmente 2 bolsas de mérito cujo montante é mensalmente igual a 30% da remuneração mínima mensal garantida em vigor, no ano em referência, e terá como duração 10 meses do ano letivo.

No que se refere às bolsas de estudo por mérito, no último processo de bolsas, referente ao ano de 2014, apenas foi atribuída uma bolsa. A fraca adesão a este apoio deve-se, por um lado, ao facto de os estudantes não terem média suficiente para a candidatura e ao desconhecimento do programa uma vez que é relativamente recente.

Quadro 26 – Bolsas de Estudo por Mérito Atribuídas aos Estudantes do Ensino Superior pela CMG

Ano	Número de Bolsas de Estudo por Mérito Atribuídas
-----	--

2014	1
2013	2
2012	0

Fonte: Serviço de Ação Social da Câmara Municipal da Golegã, 2015

Para além destes apoios, existem ainda outros que decorrem das competências legais da Câmara Municipal e do Agrupamento de Escolas de Golegã, Azinhaga e Pombalinho (AEGAP), como as Atividades de Animação e de Apoio à Família (apoio em alimentação e prolongamento de horário) nos Jardins de Infância do Concelho e os Auxílios Económicos (apoio em alimentação, livros e material escolar) nos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário. Com a atribuição destes apoios financeiros, dirigidos a alunos pertencentes a famílias com baixos recursos socioeconómicos, no âmbito da ação social escolar, pretende-se assegurar, no contexto do princípio da igualdade de oportunidades, o cumprimento da escolaridade obrigatória.

Existe ainda no Concelho da Golegã uma série de outros apoios não financeiros, tais como o Banco de Roupas (Sociedade São Vicente de Paulo – Conferências Nossa Senhora da Conceição e São Martinho), o Banco de Vestuário de Bebê e Equipamentos de Puericultura (Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga), o Banco de Mobiliário (Santa Casa da Misericórdia da Golegã) e Bancos de Ajudas Técnicas/Produtos de Apoio (Santas Casas da Misericórdia de Golegã e Azinhaga, Unidade de Saúde Familiar da Golegã, Junta de Freguesia da Golegã).

Também a Agrotejo dinamiza o projeto "Restolho, uma Segunda Colheita para que nada se perca", um projeto totalmente diferenciador no combate ao desperdício alimentar que assenta na capacidade de juntar vontades e mobilizar parceiros para poderem fazer a recolha da produção que fica nos campos da Agromais, retomando uma prática ancestral conhecida como "restolho" ou "rabisco". Em 2014, foram colhidas 12,7 toneladas de produtos agrícolas que foram direcionadas para os Bancos Alimentares de Santarém e de Beja.

Relativamente aos dados qualitativos, recolhidos junto do grupo de trabalho responsável pelos assuntos da "Família e Escola", foram identificados os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causas.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Apoios existentes (Banco Alimentar Contra a Fome; Cantinas Sociais; FEAC; Ação Social Escolar; PERA; Apoios Económicos; Apoios Habitacionais; Apoios Educativos...); Projeto Restolho.
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> ■ Programas na área do Emprego; ■ Abertura do Curso Profissional de Produção Agrária.
AMEAÇAS

- Falta de informação;
- Dificuldade em apoiar situações de “pobreza escondida”;
- “Vergonha” em assumir dificuldades;
- Tecido industrial reduzido.

CAUSAS

- Ausência de projetos de vida;
- Falta de perspectivas futuras;
- Desemprego;
- Famílias disfuncionais;
- Dificuldade de resiliência e capacidade de sacrifício;
- Transgeracionalidade;
- Situações de pobreza não sinalizadas;
- Pensões reduzidas;
- Dificuldade em priorizar necessidades;
- Pouco juízo crítico;
- Valorização do “ter” face ao “ser”;
- Impedimentos económicos;
- Viver no imediato;
- Falta de referências positivas;
- Desmotivação;
- Dificuldade em interiorizar e cumprir regras;
- Falta de respeito próprio.

4.2. DEPENDÊNCIA DE APOIOS SOCIAIS POR PARTE DE ALGUMAS FAMILIAS E SUA TRANSGERACIONALIDADE

Considerando o desemprego que se registou nos últimos anos, quer no Concelho, bem como a nível nacional, os indivíduos tendem a recorrer mais aos apoios sociais financeiros prestados pela Segurança Social, nomeadamente, abonos de família, subsídios de desemprego, rendimento social de inserção, complemento solidário para idosos, entre outros, bem como a outros apoios disponibilizados por diversas entidades mencionados no ponto anterior.

Os apoios sociais atribuídos pela Segurança Social são medidas de combate à pobreza e exclusão social, de modo a apoiar os indivíduos e famílias mais desfavorecidas que não têm outras formas de rendimento.

O acesso ao Rendimento Social de Inserção tem sido mais criterioso nos últimos anos, o que se reflete na diminuição do número de beneficiários quer a nível nacional, quer no quadro da sub-região da Lezíria do Tejo, bem como no Concelho da Golegã (à data, não incluindo ainda a freguesia do Pombalinho¹³), entre os anos de 2010 e 2013.

Quadro 27 – Beneficiários do Rendimento Social de Inserção no Concelho da Golegã

Localização Geográfica	2010	2011	2012	2013
Golegã	159	139	112	87
Lezíria do Tejo	8482	7528	7480	6147
Continente	488492	414861	385836	327873

Fonte: INE, 2014

Foram ainda identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Maior exigência na atribuição e controle de apoios sociais; ■ Instituto de Segurança Social (RSI); ■ Rede Social.
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> ■ Candidaturas ao Fundo de Coesão Social.

¹³ Não foi possível obter dados estatísticos relativos à freguesia do Pombalinho, uma vez que os dados apresentados estão agregados por Concelho.

AMEAÇAS

- Falta de projetos de prevenção primária da dependência social.

CAUSAS

- Transgeracionalidade;
- Desemprego;
- Famílias disfuncionais;
- Dificuldade em interiorizar e cumprir regras;
- Dificuldade de resiliência e capacidade de sacrifício;
- Ausência de projetos de vida;
- Falta de perspectivas futuras;
- Dificuldade em priorizar necessidades;
- Pouco juízo crítico;
- Valorização do "ter" face ao "ser";
- Impedimentos económicos;
- Viver no imediato;
- Desmotivação;
- Cultura local;
- Falta de respeito próprio;
- Falta de referências positivas.

4.3. DIFICULDADE DAS FAMILIAS EM GERIR A ECONOMIA FAMILIAR

O grupo de trabalho responsável pelas questões da Família e Escola identificou como problemática ao nível concelhio a dificuldade das famílias em gerir o orçamento disponível, sobretudo as famílias com menores rendimentos e apoiadas pelos diferentes serviços de ação social disponíveis.

De facto, em Portugal, a taxa de risco de pobreza¹⁴ tem vindo a aumentar desde 2010, situando-se em 2013 em 19,5% da população portuguesa. Os menores de 18 anos, as famílias com filhos a seu cargo e os desempregados são os mais afetados.

Em termos de grupos etários, verificou-se que continuam a ser as mulheres o grupo mais vulnerável a situações de pobreza. Em 2013, a taxa de risco de pobreza para as mulheres aumentou face aos anos anteriores, passando a ser de 20,0%.

Quadro 28 – Taxa de Risco de Pobreza em Portugal (%)

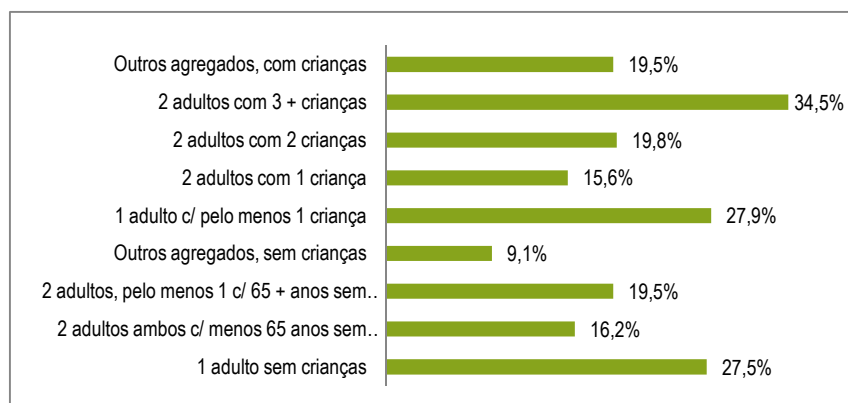
Ano	Grupo Etário		
	Homem Mulher	Homem	Mulher
2013	19,5	18,9	20,0
2012	18,7	18,8	18,7
2011	17,9	17,5	18,2
2010	18,0	17,6	18,4

Fonte: INE (Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, 2015)

Numa perspetiva socioeconómica, o risco de pobreza é particularmente elevado, para os agregados constituídos por dois adultos e com três ou mais crianças (34,5%), os agregados com um adulto com pelo menos uma criança (27,9%) e os agregados com um adulto sem crianças (27,5%).

















Por oposição, os agregados familiares constituídos por três ou mais adultos e sem crianças dependentes (9,1%) e as famílias de dois adultos e uma criança dependente caracterizam-se por serem as menos afetadas pelo risco de pobreza (15,6%) em 2010.

¹⁴ Taxa de Risco de Pobreza – Proporção de indivíduos com um rendimento equivalente abaixo do limiar de risco de pobreza.

Gráfico 9 – Taxa de Risco de Pobreza segundo a Composição do Agregado Familiar (%)


Fonte: INE (Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, 2011)

Foram ainda identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS	
	Instituto de Segurança Social (RSI).
OPORTUNIDADES	
	Criação de programas de gestão económica dirigidos a famílias com baixos rendimentos.
AMEAÇAS	
	Dificuldade em motivar as famílias para a mudança;
	Imposição de um modelo que está desfasado da realidade destas famílias;
	Reprodução de comportamentos destruturados.
CAUSAS	
	Transgeracionalidade;
	Famílias disfuncionais;
	Dificuldade em priorizar necessidades;
	Pouco juízo crítico;
	Valorização do "ter" face ao "ser";
	Dificuldade de resiliência e capacidade de sacrifício;
	Dificuldade em interiorizar e cumprir regras;
	Viver no imediato;
	Ausência de projetos de vida;
	Falta de perspetivas futuras;
	Falta de referências positivas.

4.4. JOVENS SEM ORIENTAÇÃO ESCOLAR, PROFISSIONAL E VOCACIONAL

Apesar da informação qualitativa recolhida no âmbito do diagnóstico social do Concelho identificar como problemática de intervenção prioritária o número considerável de jovens sem orientação escolar, profissional e vocacional, os dados recolhidos junto do Agrupamento de Escolas de Golegã, Azinhaga e Pombalinho (AEGAP) revelam que o mesmo dispõe, no ano letivo 2014/2015, de cinco psicólogos, entre os quais: um psicólogo do Serviço de Psicologia e Orientação (SPO); um psicólogo ao serviço do Centro de Reabilitação e Integração Torrejano; dois psicólogos do Projeto Psicoterapia nas Escolas; e ainda, um psicólogo da Câmara Municipal da Golegã (a partir do início do 2.º período).

Contudo, à exceção do psicólogo do SPO, todos os outros se encontram a tempo parcial a desempenhar funções no AEGAP. Por outro lado, o Programa de Orientação Vocacional é desenvolvido apenas pelo psicólogo do Serviço de Psicologia e Orientação do Agrupamento e dirige-se aos alunos do 9.º ao 12.º anos. Todos os alunos do 9.º e 12.º anos estão abrangidos pelo programa, sendo que os alunos do 10.º e 11.º anos podem requerer este apoio sempre que sentem dificuldades na tomada de decisão vocacional.

Quadro 29 – Alunos abrangidos pelo Programa de Orientação Vocacional

Ano de Escolaridade	Número de Alunos
9º ano	61
10º ano	5
11º ano	0
12º ano	8
Total	74

Fonte: AEGAP, 2015

Assim, o grupo de trabalho considera que o apoio prestado pelo Agrupamento de Escolas neste âmbito não é suficiente, uma vez que alguns jovens continuam a revelar um enorme desinteresse pelas atividades que lhe são propostas, demonstrando dificuldades em construir projetos de vida consistentes com perspetivas de futuro e juízo crítico relativamente ao seu percurso profissional e pessoal.

Foram ainda identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS	
<input type="checkbox"/>	Agrupamento de Escolas AEGAP;
<input type="checkbox"/>	Câmara Municipal da Golegã;
<input type="checkbox"/>	Santas Casas da Misericórdia;
<input type="checkbox"/>	Atividades de ocupação de tempos livres existentes.

OPORTUNIDADES

- GIP (programas a desenvolver).

AMEAÇAS

- Falta de psicólogos a trabalhar em contexto escolar que trabalhem a área vocacional.

CAUSAS

- Ausência de projetos de vida;
- Falta de perspetivas futuras;
- Pouco juízo crítico;
- Desvalorização da escola pelos jovens e famílias;
- Sistema educativo sem capacidade de resposta;
- Desmotivação;
- Famílias disfuncionais;
- Dificuldade em priorizar necessidades;
- Desconhecimento/desvalorização da existência de serviços de orientação;
- Dificuldade de resiliência e capacidade de sacrifício;
- Viver no imediato;
- Falta de referências positivas;
- Impedimentos económicos;
- Falta de respeito próprio.

4.5. ABANDONO, INDISCIPLINA E ABSENTISMO ESCOLARES

De acordo com o Ministério da Educação, o Abandono Escolar é visto como a saída do Sistema Educativo/Formativo antes dos 18 anos sem uma qualificação profissional ou sem ter concluído o plano de estudos do Ensino Secundário.

No Continente e no quadro da sub-região da Lezíria do Tejo, a taxa de abandono escolar¹⁵ apresenta uma diminuição bastante notória, em 2011 face a 2001.

No Concelho da Golegã, pode observar-se que houve uma diminuição muito acentuada da taxa de abandono escolar, de 2,49% em 2001 para 0,31% em 2011, situando-se muito abaixo da média nacional. De realçar que nas freguesias de Azinhaga e Pombalinho o abandono escolar foi nulo.

Quadro 30 – Taxa de Abandono Escolar (%)

Localização Geográfica	2001	2011
Golegã	2,54	0,42
Azinhaga	2,38	0
Pombalinho	14,29	0
Concelho	2,49	0,31
Lezíria do Tejo	2,84	1,61
Continente	2,71	1,54

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 2001 e 2011)

No Concelho da Golegã constata-se que, no triénio 2011/2012, 2012/2013 e 2013/2014, a taxa de repetência no 1.º Ciclo do Ensino Básico se situa entre os 4,6% e os 8,7%, revelando algumas oscilações entre os diversos anos letivos. Nos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico, a taxa de repetência apresenta valores consideráveis, com valores acima dos 12%. Já no ensino secundário, no ano letivo de 2011/2012, 28,6% dos alunos não transitaram ou concluíram o ano de escolaridade, já nos últimos dois anos letivos não se registaram quaisquer reprovações.

Quadro 31 – Evolução da Taxa de Repetência nos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico no Concelho da Golegã (%)

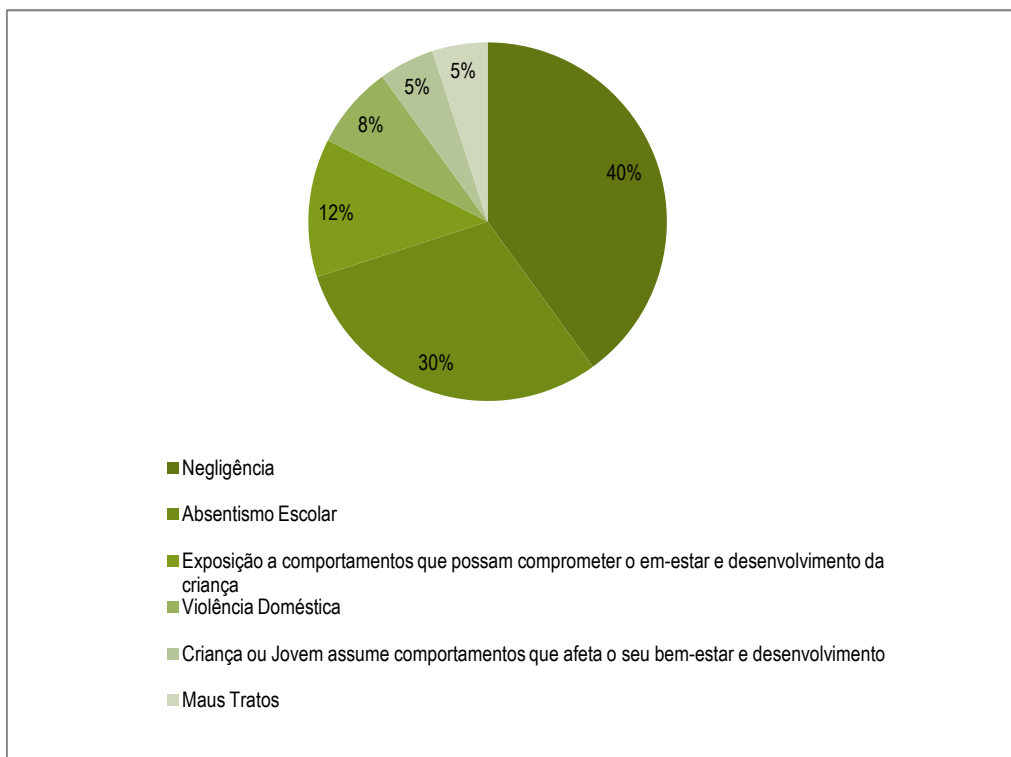
Ensino Básico	2011/2012	2012/2013	2013/2014
1.º Ciclo do Ensino Básico	4,46	8,7	6,1
2.º Ciclo do Ensino Básico	7,9	13,3	12,7
3.º Ciclo do Ensino Básico	12,9	12,4	16,2
Ensino Secundário	28,6	0,0	0,0

Fonte: Carta Educativa do Concelho da Golegã, 2014

¹⁵ Taxa de Abandono Escolar – Total de indivíduos, com 10-15 anos, que não concluíram o 3.º Ciclo e não se encontram a frequentar a escola.

No que diz respeito ao absentismo escolar, saliente-se que este foi a segunda maior problemática sinalizada à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) da Golegã em 2014, sendo o Agrupamento de Escolas AEGAP a entidade que mais crianças e jovens sinalizou a esta CPCJ neste ano.

Gráfico 10 – Crianças e Jovens Acompanhados pela CPCJ da Golegã por Problemática (%)



Fonte: Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Golegã, 2015

Foram também identificados recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS	
<input type="checkbox"/>	Agrupamento de Escolas AEGAP;
<input type="checkbox"/>	CPCJ;
<input type="checkbox"/>	Atividades de ocupação de tempos livres existentes;
<input type="checkbox"/>	Projeto "Afetos, vivências e partilhas".
OPORTUNIDADES	
<input type="checkbox"/>	Não identificadas.

AMEAÇAS

- Famílias pouco disponíveis para esta temática;
- Desvalorização do acompanhamento educativo por parte das famílias;
- Ausência de competências parentais adequadas;
- Parte significativa das famílias com pouca formação (escolar, cidadania, organização...);
- Falta de programas de informação/prevenção da indisciplina em contexto escolar.

CAUSAS

- Sistema educativo sem capacidade de resposta;
- Desmotivação;
- Ausência de projetos de vida;
- Falta de perspetivas futuras;
- Famílias disfuncionais;
- Desvalorização da escola pelos jovens e famílias;
- Impedimentos económicos;
- Dificuldade em interiorizar e cumprir regras;
- Desinteresse face ao currículo escolar;
- Dificuldade de resiliência e capacidade de sacrifício;
- Falta de referências positivas;
- Pouco juízo crítico;
- Viver no imediato;
- Falta de respeito próprio;
- Transgeracionalidade;
- Desemprego;
- Situações de pobreza não sinalizadas;
- Dificuldade em priorizar necessidades.

4.6. COMPORTAMENTOS DESVIANTES DOS JOVENS

O grupo de trabalho responsável pelas áreas da Família e Escola identificou como comportamentos desviantes dos jovens o consumo de substâncias psicoativas, os comportamentos sexuais de risco, a violência no namoro e o bullying. Relativamente aos últimos três não existem dados quantitativos, tratando-se por isso de uma perceção dos parceiros que intervêm nestas áreas.

No que diz respeito ao consumo de substâncias psicoativas por jovens, foi realizado pelo Núcleo Executivo da Rede Social, em 2010, um trabalho exaustivo de diagnóstico social sobre esta problemática, junto de todos os alunos do 3.º Ciclo e Ensino Secundário do Agrupamento de Escolas de Golegã, Azinhaga e Pombalinho (102 alunos), através do qual se concluiu que 50,98% dos jovens consideram que não é perigoso consumir substâncias psicoativas uma só vez.

Relativamente ao consumo de álcool, no Diagnóstico levado a cabo em 2010, verificou-se que 81,37% dos jovens já experimentaram, tendo em média iniciado o consumo de álcool, de acordo com os dados recolhidos nos inquéritos aos 13 anos de idade. Há ainda 5,88% de jovens que não tendo experimentado, gostariam de o fazer. Destaque-se ainda que apesar de pouco mais de metade dos jovens referir que consome bebidas alcoólicas raramente, 32,93% dos jovens confessam que o fazem frequentemente ou aos fins-de-semana. Quanto a quem os acompanha nesses consumos, a grande maioria bebe com os amigos, mas há ainda 29,26% que o fazem habitualmente junto dos pais e de outros familiares.

Já quanto ao tabaco, iniciaram consumos 55,88% dos jovens, em média aos 13 anos, e 2,94% sentem esse apelo. A grande maioria referiu que a primeira vez se encontrava na companhia de amigos, apesar de se registar ainda um número significativo de jovens que se iniciaram com os pais (7,14%) ou sozinhos (8,93%). Salienta-se ainda que 29,82% dos jovens inquiridos assume que fuma atualmente, pese embora 70,59% referirem que fumam frequentemente e 17,65% que o fazem pelo menos uma vez por semana.

No que diz respeito aos consumos de drogas leves¹⁶ (cannabis, haxixe,...), os dados são bastante diferentes mas preocupantes. A maioria dos alunos nunca experimentou, contudo 18,63% já o fez e 2,94% assume que gostava de o fazer.

Por fim, a quase totalidade dos alunos inquiridos refere que nunca experimentou drogas duras (cocaína, heroína, barbitúricos,...) nem pretende fazê-lo. Contudo, apesar de apenas um número pouco significativo de alunos assumir que já iniciou consumos deste tipo de substâncias psicoativas (4,90%), não podemos alhear-nos do facto de 40% destes referirem que continuam a consumir drogas duras.

De referir ainda que a maioria refere que, caso precisasse de ajuda, se sentia mais confortável em solicitá-la junto dos pais e/ou amigos.

¹⁶ Apesar da designação de drogas "duras" e "leves" não ser científica, permite classificar a perigosidade e gravidade das diferentes drogas, tendo-se optado por esta classificação por ser mais facilmente compreendida entre os jovens.

Quadro 32 – Primeiros Consumos de Substâncias Psicoativas dos Alunos do 3.º Ciclo e Ensino Secundário do AEGAP (%)

Substâncias Psicoativas	Nunca experimentou	Nunca experimentou mas gostava de experimentar	Já experimentou
Álcool	12,75%	5,88%	81,37%
Tabaco	41,18%	2,94%	55,88%
Drogas Leves	76,47%	2,94%	18,63%
Drogas duras	90,20%	0,00%	4,90%

Fonte: Plano Municipal de Prevenção das Toxicodependências do Concelho da Golegã: Diagnóstico Social, 2010

O grupo de trabalho identificou os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> ■ GNR (NPE - Escola Segura); ■ Agrupamento de Escolas AEGAP; ■ Unidade de Cuidados na Comunidade; ■ CPCJ; ■ Atividades de ocupação de tempos livres existentes.
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> ■ CPCJ; ■ IPJ.
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Jovens pouco motivados para integrarem programas; ■ Famílias pouco disponíveis para colaborar e para sensibilizar os jovens para a sua participação; ■ Necessidade de mais programas de prevenção nestas áreas.
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Ausência de projetos de vida; ■ Pouco juízo crítico; ■ Falta de respeito próprio; ■ Sistema educativo sem capacidade de resposta; ■ Falta de perspetivas futuras; ■ Famílias disfuncionais; ■ Viver no imediato; ■ Tolerância social; ■ Transgeracionalidade; ■ Cultura local.

5. SENIORES E SAÚDE

CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

- Câmara Municipal da Golegã – Fabiana Freire/Tatiana Roque
- Santa Casa da Misericórdia da Golegã – Fernanda Oliveira
- Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga – Sofia Neto/Marta Veiga
- Casa do Povo do Pombalinho – Sónia Marcos
- Unidade de Cuidados na Comunidade – Maria do Rosário Martins/Karla Almeida
- Conferência “Nossa Senhora da Conceição” – Arminda Aurora
- Pastoral Social – António Rafael
- Mendes e Gonçalves, S.A – António Salgueiro/Joana Oliveira

Foram ainda chamadas a estar presentes as seguintes entidades, não tendo comparecido a nenhuma das reuniões:

- Centro Hospitalar Médio Tejo
- Unidade de Saúde Familiar
- Junta de Freguesia do Pombalinho
- Centro Distrital de Segurança Social

5.1. ISOLAMENTO DE SENIORES

De acordo com o trabalho efetuado pelo Núcleo de Programas Especiais da Guarda Nacional Republicana, foi possível aferir o número de pessoas com mais de 65 anos a residir sozinhos, sendo este em muito maior percentagem nas freguesias de Golegã e Pombalinho.

Quadro 33 – Número de Seniores a Residir Sozinhos no Concelho da Golegã

Localização Geográfica	Número de Seniores	Número de Seniores Per Capita (%)
Golegã	78	2,03
Azinhaga	14	0,86
Pombalinho	9	2,01

Fonte: Guarda Nacional Republicana (Núcleo de Programas Especiais, 2015)

O grupo de trabalho identificou os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causas para esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> Centros de Convívio, Centros de Dia e Academia Sénior do Concelho; Passeios Seniores promovidos pela Câmara Municipal da Golegã; Grupos de Voluntariado existentes (Conferência "Nossa Senhora da Conceição", Pastoral Social).
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> Universidade Sénior do Entroncamento; Candidaturas à Missão Sorriso; Candidaturas já apresentadas ao BPI Sénior, Fundação EDP e Ikea da Santa Casa da Misericórdia da Golegã; Candidatura à Missão Sorriso da SCMG dirigida a pessoas com demência.
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> Resistência dos idosos à integração nas respostas existentes, dificuldades económicas.
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"> Famílias a residir fora do Concelho; Envelhecimento da população; Dificuldade em assumir falta de autonomia e necessidade de apoios; Cultura local; Famílias sem capacidade de resposta; Unidades de saúde não sinalizam para respostas sociais;

- Ocupação profissional dos familiares, sobretudo quando trabalham fora do Concelho;
- Ausência de vizinhança devido habitações devolutas;
- Dificuldades na mobilidade;
- Impedimentos económicos;
- Habilitações literárias reduzidas e analfabetismo;
- Dificuldade no acesso à informação;
- Pouca adesão ao serviço de teleassistência;
- Produtos de apoio (ajudas técnicas) especializados insuficientes;
- Tecido empresarial reduzido;
- Ausência da valência de lar/residências assistidas nas freguesias de Azinhaga e Pombalinho;
- Existência de listas de espera permanentes nas respostas existentes no Concelho;
- Seniores sem registo de descontos para a Segurança Social;
- Seniores com descontos mínimos e baixos salários (nomeadamente trabalhadores rurais);
- Diagnósticos tardios;
- Ausência de técnicos na área da saúde mental;
- Dificuldade no acesso aos transportes.

5.2. DIFICULDADE EM ENCONTRAR RESPOSTAS DE INTERNAMENTO DIRIGIDAS A SENIORES

Verifica-se que todas as Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI) do Concelho estão lotadas, não existindo qualquer vaga e sendo consideráveis as listas de espera nos Lares Rodrigo da Cunha Franco e Dr. Francisco Mendes Brito.

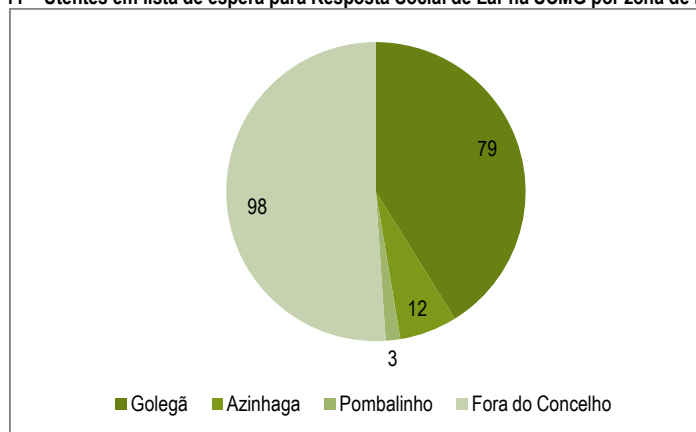
Quadro 34 – Número de Utentes nas várias Respostas Sociais com Internamento da SCMG

	Lar Rodrigo da Cunha Franco	Lar Dr. Francisco Mendes Brito	CATEI	Centro de Férias para Pessoas Idosas	Residências Protegidas
Nº de Utentes	52	7	17	21	27
Nº de Vagas	0	0	0	0	0
Nº de Utentes em Lista de Espera	203		Segurança Social ¹⁷	0	0
Nº de Utentes em Sobrelocação	0	0	0	0	0

Fonte: Santa Casa da Misericórdia da Golegã, 2015

Apesar do grupo de trabalho responsável pelas questões dos Seniores e Saúde ter identificado esta problemática sobretudo nas freguesias de Azinhaga e Pombalinho, as listas de espera para Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI) na Santa Casa da Misericórdia da Golegã são constituídos sobretudo por pessoas fora do Concelho (98) e da Golegã (79). Ainda assim, existem 12 pessoas a aguardar colocação em Lar na freguesia de Azinhaga e 3 na freguesia do Pombalinho. Note-se que muitas das pessoas inscritas em lista de espera não reúnem ainda critérios para integração em Lar, frequentemente porque procederam à inscrição de forma a preparar o futuro e não a prever uma integração imediata.

Gráfico 11 – Utentes em lista de espera para Resposta Social de Lar na SCMG por zona de residência



Fonte: Santa Casa da Misericórdia da Golegã, 2015

¹⁷ A colocação de utentes no Centro de Acolhimento Temporário de Emergência para Idosos é da responsabilidade da Segurança Social.

Destaca-se ainda o facto do edifício onde funciona a Estrutura Residencial para Idosos (ERPI) Lar Rodrigo da Cunha Franco carecer de algumas obras de requalificação, uma vez que se trata de um edifício secular que foi criado em 1973, de modo a que os utentes desta estrutura usufruam de um serviço mais atual e, logo, com maior qualidade.

O grupo de trabalho identificou ainda os seguintes aspetos relativamente a esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Lar Rodrigo da Cunha Franco, Lar Dr. Francisco Mendes Brito, Centro de Férias para pessoas Idosas, Residências Protegidas; ■ Serviços de Teleassistência; ■ Serviço de telemóvel entre utentes/equipas de SAD (SCMG); ■ Cuidados Continuados ao Domicílio.
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> ■ Respostas existentes nos Concelhos limítrofes.
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Existência de lares ilegais que não respondem às necessidades das pessoas.
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Envelhecimento da população; ■ Impedimentos económicos; ■ Ausência da valência de lar/residências assistidas nas freguesias de Azinhaga e Pombalinho; ■ Existência de listas de espera permanentes nas respostas existentes no Concelho; ■ Famílias sem capacidade de resposta; ■ Seniores sem registo de descontos para a Segurança Social; ■ Seniores com descontos mínimos e baixos salários (nomeadamente trabalhadores rurais); ■ Familiares a residir fora do Concelho; ■ Unidades de saúde não sinalizam para respostas sociais.

5.3. EDIFÍCIOS SECULARES DEGRADADOS E POUCO ADAPTADOS

Alguns dos edifícios onde funcionam respostas sociais no Concelho, por se tratarem de edifícios seculares, encontram-se bastante degradados e pouco adaptados ao funcionamento dos serviços. Existem deficiências generalizadas ao nível das coberturas, existindo mesmo telhados que permitem a entrada de água e/ou com integração de amianto. Também as cozinhas, lavandarias e instalações sanitárias carecem de reestruturação.

Por outro lado, estes edifícios não respeitam as novas exigências energéticas e ambientais, não contribuindo desta forma para uma correta rentabilização dos recursos existentes. São consideráveis as perdas de energia, carecendo de substituição grande parte da caixilharia. Foram ainda detetadas necessidades de melhoramentos ao nível do tratamento de lixos e do isolamento térmico e acústico.

Foram ainda identificadas necessidades generalizadas ao nível da substituição e modernização do mobiliário e equipamentos de segurança e orientação/localização.

Assim, identificam-se como necessidades de resolução prioritária, para cada uma das seguintes instituições:

Quadro 35 – Principais Necessidades por Instituição

Instituição	Principais Necessidades
Santa Casa da Misericórdia da Golegã	Construção de uma cozinha de raiz que sirva todas as respostas sociais (Apoio Domiciliário; Estruturas Residenciais para Idosos; Centro de Dia; Residências Protegidas)
Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga	Reabilitação dos telhados.
Casa do Povo do Pombalinho	Reabilitação da Sala Polivalente em madeira e fachada do edifício.
Centro Social Paroquial	Reabilitação do telhado e casas de banho do Jardim de Infância; construção de passagem coberta entre o Jardim de Infância e o edifício do ATL; melhoramento dos acessos exteriores.

Fonte: Santa Casa da Misericórdia da Golegã, Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga, Casa do Povo do Pombalinho e Centro Social Paroquial da Golegã, 2015

No quadro seguinte, podem visualizar-se as características das Instituições do Concelho, verificando-se que muitos dos problemas das mesmas estão relacionados com o facto dos equipamentos não terem sido construídos de raiz para as respostas que servem.

Quadro 36 – Caracterização dos Edifícios das Santas Casas e IPSS do Concelho¹⁸

	Instituição	Freguesia	Construção de Raiz	N.º de Edifícios	Estado de Conservação Geral	Refeitório	Sala Polivalente	Centro de Recursos Biblioteca	Acessibilidades		
									Pedonais	Transportes da Instituição	Transportes Públicos
Santa Casa da Misericórdia da Golegã	Lar Rodrigo da Cunha Franco	Golegã	Não	1	D	D	B	R	D	R	D
	CATEI (antigo hospital)	Golegã	Não	1	D	R	R	N	D	R	D
	Centro de Férias	Golegã	Não	1	R	B	B	N	R	R	D
	Clube vida	Golegã	Não	1	R	B	B	R	D	R	D
	Serviços Administrativos	Golegã	Não	1	R	N	R	N	B	B	D
	Centro de Dia	Golegã	Não	1	B	B	B	N	B	B	R
	Complexo de Residências	Golegã	Sim	24	B	N	N	N	B	B	D
Centro Social Paroquial da Golegã	Creche	Golegã	Sim	1	B	N	N	N	D	N	N
	Jardim de Infância	Golegã	Não	1	D	D	N	N	D	N	N
	ATL	Golegã	Sim	1	R	N	S	N	D	N	N
Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga		Azinhaga	N	4	D	B	B	N	R	R	D
Casa do Povo do Pombalinho		Pombalinho	N	1	B	B	R	N	B	D	B

¹⁸ Estado de Conservação: B – Bom; R – Razoável; D – Deficiente.
 Existência: S – Sim; N – Não.

Quadro 36 – Caracterização dos Edifícios das Santas Casas e IPSS do Concelho¹⁹ (Continuação)

Instituição		Edifício		Climatização	Infraestruturas (redes)					
		Segurança	Higiene e Saúde		Água	Eletricidade	Esgotos	Gás	Telefones	Internet
Santa Casa da Misericórdia da Golegã	Lar Rodrigo da Cunha Franco	R	R	B	B	B	B	B	B	B
	CATEI (antigo hospital)	R	R	R	R	R	R	B	B	B
	Centro de Férias	R	R	B	R	B	B	B	B	B
	Clube vida	R	R	R	B	R	R	B	B	B
	Serviços Administrativos	R	R	B	B	R	R	N	B	B
	Centro de Dia	B	B	B	B	B	B	B	R	N
	Complexo de Residências	B	B	B	B	B	B	N	B	N
Centro Social Paroquial da Golegã	Creche	R	R	B	D	R	R	N	N	S
	Jardim de Infância	D	R	D	D	R	R	R	S	S
	ATL	R	R	D	D	R	R	R	N	S
Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga		D	R	D	R	D	R	R	B	R
Casa do Povo do Pombalinho		R	B	R	B	B	B	R	R	R

Fonte: Santa Casa da Misericórdia da Golegã, Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga, Casa do Povo do Pombalinho e Centro Social Paroquial da Golegã, 2015

¹⁹ Estado de Conservação: B – Bom; R – Razoável; D – Deficiente.
Existência: S – Sim; N – Não.

O grupo de trabalho identificou ainda os seguintes aspetos relativamente a esta problemática.

RECURSOS
■ Edifícios históricos passíveis de serem recuperados bem integrados na malha urbana.
OPORTUNIDADES
■ Candidaturas a fundos comunitários e outros.
AMEAÇAS
■ Recursos económicos das Instituições insuficientes para suportar os investimentos.
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Impedimentos económicos; ■ Maior nível de exigências legais; ■ Desgaste dos recursos existentes ■ Perdas de energia.

5.4. PARQUE DE VIATURAS INSUFICIENTE E POUCO ATUAL

As Santas Casas e Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho identificam como necessidade de intervenção prioritária a renovação do seu parque de viaturas uma vez que o mesmo é insuficiente e não responde aos novos imperativos de natureza legal. As Instituições com respostas sociais dirigidas a seniores manifestam de forma generalizada a necessidade de aquisição de novas viaturas de apoio domiciliário, com espaços distintos para alimentação, roupa suja e lavada, utensílios de limpeza e zona de refrigeração, que permitam, entre outras vantagens, assegurar a higiene e conservação das refeições.

Quadro 37 – Parque de Viaturas das Instituições do Concelho

Instituições	Viaturas	Totais
Santa Casa da Misericórdia da Golegã	2 lugares: 4 (inclui uma adaptada para o SAD) 5 lugares: 4 9 lugares: 4 (inclui uma adaptada para pessoas com mobilidade reduzida) 3 lugares: 1 de caixa aberta	13
Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga	2 lugares: 2 5 lugares: 1 9 lugares: 2 (inclui uma adaptada para pessoas com mobilidade reduzida)	5
Casa do Povo do Pombalinho	7 lugares: 1 9 lugares: 1	2
Centro Social Paroquial da Golegã	9 lugares: 1 (não permite o transporte de crianças)	1

Fonte: Santa Casa da Misericórdia da Golegã, Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga, Casa do Povo do Pombalinho e Centro Social Paroquial da Golegã, 2015

O grupo de trabalho identificou ainda os seguintes aspetos relativamente a esta problemática.

RECURSOS
■ Viaturas já existentes.
OPORTUNIDADES
■ Candidaturas a fundos comunitários e outros.
AMEAÇAS
■ Concorrência desleal (não obedece aos mesmos imperativos legais) da restauração;
■ Existência de lares ilegais.

CAUSAS

- Impedimentos económicos;
- Necessidade de viaturas mais adaptadas;
- Desgaste dos equipamentos;
- Cumprimento da legislação.
- Dificuldades na mobilidade;
- Ocupação profissional dos familiares, sobretudo quando trabalham fora do Concelho;
- Dificuldade no acesso aos transportes;
- Produtos de apoio (ajudas técnicas) especializados insuficientes.

5.5. POPULAÇÃO SÉNIOR E PORTADORA DE DOENÇA COM BAIXOS RECURSOS ECONÓMICOS

O grupo de trabalho responsável pelos “Seniores e Saúde” identificou como problemática o elevado número de seniores portadores de doença com baixos rendimentos, provenientes sobretudo de pensões muito reduzidas.

De facto, no Continente e no quadro da sub-região da Lezíria do Tejo, o número de pensionistas nos últimos quatro anos tem vindo a aumentar consideravelmente. No Concelho da Golegã, o número de pensionistas diminuiu, apensar de, no ano de 2013, ter havido uma ligeira subida em relação ao ano anterior.

Quadro 38 – Pensionistas da Segurança Social

Localização Geográfica	2010	2011	2012	2013
Golegã	2239	2221	2217	2221
Lezíria do Tejo	80932	81925	82928	83323
Continente	2816310	2858863	2901720	2914862

Fonte: INE, 2014

É possível perceber a dimensão do número de seniores portadores de doença com baixos recursos pelos números de pessoas com isenção nas taxas moderadoras e noutros encargos de que dependa o acesso às prestações de saúde. Têm acesso a este benefício os utentes que usufruem de insuficiência económica (agregado familiar cujo rendimento médio mensal, dividido pelo número de pessoas a quem cabe a direção do agregado familiar, seja igual ou inferior a 1,5 vezes o indexante de apoios sociais), desempregados, pensionistas com pensão inferior ao salário mínimo nacional, crianças até aos 18 anos de idade (desde maio de 2015), incapacidade igual ou superior a 60%, grávidas, doentes transplantados de órgãos, entre outros.

Abstraindo-nos dos números relativos aos menores de 12 anos, pode observar-se que os grupos etários com idade igual ou superior a 60 anos são aqueles que apresentam maior número de inscritos com isenção de taxas moderadoras na Unidade de Saúde Familiar CampuSaúde.

Quadro 39 – Número de Utentes Isentos do Pagamento das Taxas Moderadoras por Grupo Etário e Género no Concelho da Golegã, em 2014

Grupo Etário	Masculino	Feminino	Total
< 1 ano	25	22	47
1-4 anos	94	101	195
5-9 anos	151	142	293
10-14 anos	138	119	257
15-19 anos	54	53	107

Grupo Etário	Masculino	Feminino	Total
20-24 anos	55	53	108
25-29 anos	34	64	98
30-34 anos	45	59	104
35-39 anos	53	84	137
40-44 anos	74	51	125
45-49 anos	60	65	125
50-54 anos	73	83	156
55-59 anos	83	76	159
60-64 anos	95	106	201
65-69 anos	95	97	192
70-74 anos	86	112	198
>= 75 anos	203	335	548
Totais	1418	1632	3050

Fonte: Unidade de Saúde Familiar CampuSaúde, 2015

Saliente-se que a Unidade de Saúde Familiar CampuSaúde acompanha 1798 hipertensos, 663 diabéticos e 8 asmáticos.

O grupo de trabalho identificou ainda os seguintes aspetos relativamente a esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Apoios alimentares em géneros, Cantinas Sociais; ■ Apoio Económico à comparticipação de medicamentos; ■ Apoio Financeiro ao Arrendamento; ■ Apoio a estratos sociais desfavorecidos em matéria habitacional; ■ Parque de produtos de apoio (ajudas técnicas); ■ Complemento Solidário para Idosos; ■ Banco de Roupas e de Mobiliário.
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> ■ Apoio de empresas e particulares do Concelho, nomeadamente da Mendes Gonçalves.
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Excessiva burocracia impede candidatura a apoios; ■ Resistência em aceitar apoios; ■ Desconhecimento dos apoios sociais existentes; ■ Dificuldades de mobilidade, cognitivas, sensoriais e tomada de decisão impedem acesso aos serviços; ■ Dificuldade em expor-se socialmente.

CAUSAS

- Impedimentos económicos;
- Seniores sem registo de descontos para a Segurança Social;
- Seniores com descontos mínimos e baixos salários (nomeadamente trabalhadores rurais);
- Habilitações literárias reduzidas e analfabetismo;
- Dificuldade no acesso à informação;
- Desemprego;
- Tecido empresarial reduzido;
- Famílias sem capacidade de resposta;
- Diagnósticos tardios;
- Ausência de técnicos na área da saúde mental.

5.6. DIFICULDADE NO ATENDIMENTO NA ÁREA DE SAÚDE EM SITUAÇÕES DE DOENÇA AGUDA E EMERGÊNCIA

O grupo de trabalho responsável pela Saúde sinalizou a dificuldade que os utentes têm em ser atendidos por profissionais de saúde em situações de doença aguda, ou seja, sempre que necessitem de atendimento no próprio dia, sem que exista consulta marcada. Esta situação agudizou-se, na opinião dos parceiros, com a extinção do polo da Unidade de Saúde Familiar de Pombalinho.

Foram também sinalizados constrangimentos ao nível do atendimento em situações de emergência, nomeadamente no que diz respeito ao funcionamento das urgências do Centro Hospitalar do Médio Tejo.

O grupo identificou recursos, oportunidades, ameaças e causa relativamente a esta problemática.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Unidade de Saúde Familiar; ■ Centro Hospitalar do Médio Tejo; ■ Unidade de Cuidados na Comunidade; ■ Hospital São João Baptista (Entroncamento).
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> ■ Clínicas privadas existentes; ■ Serviços de urgência ao domicílio.
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Elevado grau de dependência dos seniores integrados em Lar; ■ Diminuição do número de médicos de família.
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Redução do número de médicos de família; ■ Ausência de serviço de urgência no Concelho; ■ Restruturação do sistema de saúde; ■ Funcionamento caótico das urgências do Centro Hospitalar Médio Tejo; ■ Dificuldades no atendimento na USF; ■ Envelhecimento da população; ■ Dificuldades na mobilidade; ■ Impedimentos económicos; ■ Redução de técnicos na UCC; ■ Famílias a residir fora do Concelho; ■ Ausência de técnicos na área da saúde mental.

5.7. ALCOOLISMO (AFETA SOBRETUDO OS HOMENS)

Enquanto no último Diagnóstico Social (2007), a problemática do alcoolismo foi identificada na população do género feminino, agora são os homens que merecem a preocupação dos parceiros sociais. Apesar de em Portugal o consumo de bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos se manter relativamente estável nos últimos anos, no Concelho da Golegã, devido à cultura local, continua a manifestar-se alguma dificuldade de consciencialização da doença, e consequentemente, resistência ao tratamento.

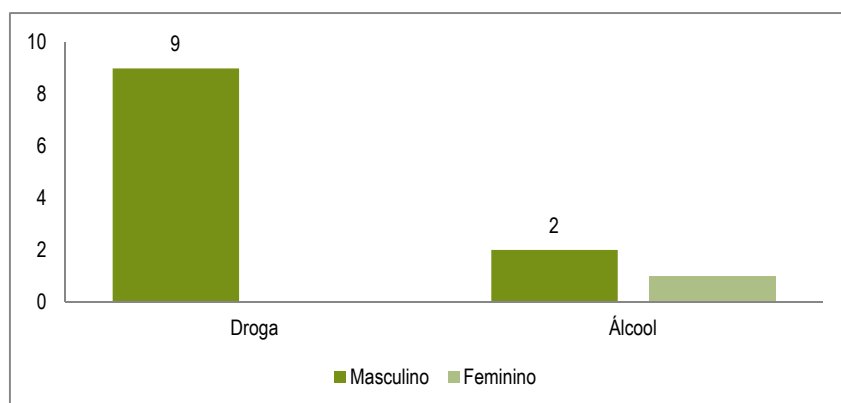
Quadro 40 – Consumo de Bebidas Alcoólicas, Tabaco e Narcóticos em Portugal

Ano	Consumo de Bebidas Alcoólicas, Tabaco e Narcóticos (milhões €)
2008	2822,6
2009	2745,4
2010	2967,3
2011	2976,5
2012	2617,4

Fonte: PORDATA, 2014

Relativamente ao número de utentes acompanhados pelo Centro de Respostas Integradas do Ribatejo, registaram-se 3 casos em 2014 de alcoolismo, num universo de 12, dos quais 2 são do género masculino e 1 do género feminino. Saliente-se ainda que os 12 utentes têm idade superior a 34 anos e residem exclusivamente nas freguesias de Golegã (7) e Azinhaga (5).

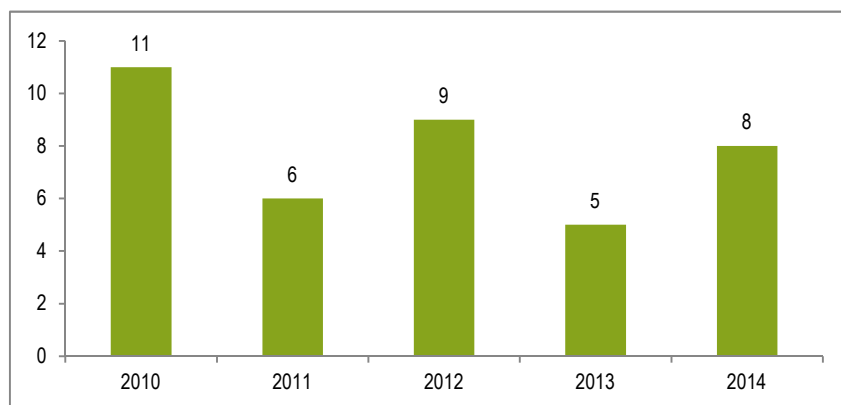
Gráfico 12 – Número de Utentes do Concelho da Golegã do Centro de Respostas Integradas do Ribatejo por Tipologia e Género em 2014



Fonte: Centro de Respostas Integradas do Ribatejo, 2015

De ressaltar ainda que esta problemática tem um impacto muito significativo nos crimes contra as pessoas, nomeadamente nos crimes de violência doméstica que, de acordo com dados da Guarda Nacional Republicana, têm oscilado nos últimos anos. Note-se que, em 2014, registaram-se 8 denúncias relativas a violência doméstica (sendo que quando se trata da mesma situação é feito um aditamento e não registado como uma nova denúncia).

Gráfico 13 – Número de Crimes de Violência Doméstica no Concelho da Golegã



Fonte: Guarda Nacional Republicana, 2015

Foram identificados os seguintes recursos, oportunidade ameaças e causas pelo grupo de trabalho.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Unidade de Saúde Familiar; ■ Unidade de Cuidados na Comunidade; ■ Hospital de São João Baptista (Entroncamento).
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> ■ Hospital de Tomar (Unidade Alcoolismo); ■ Centro de Respostas Integradas do Ribatejo.
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Resistência ao tratamento; ■ Dificuldade de consciencialização da doença; ■ Cultura local.

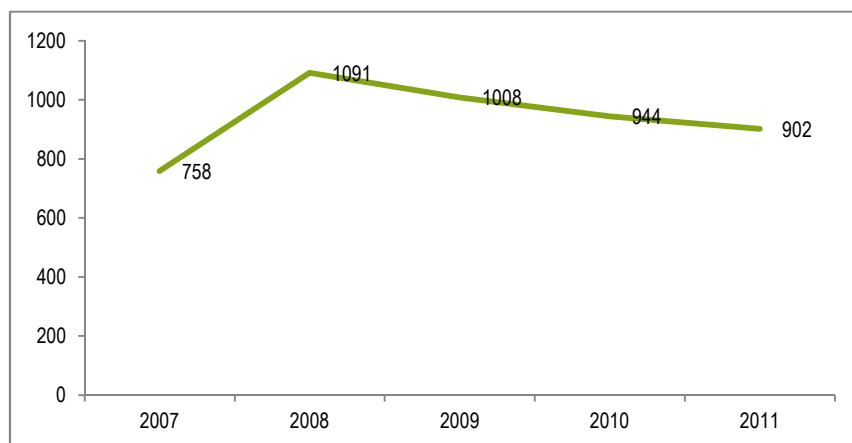
CAUSAS

- Cultura local;
- Ausência de técnicos na área da saúde mental;
- Não aceitação da integração em centros de reabilitação;
- Desemprego;
- Diagnósticos tardios;
- Unidades de saúde não sinalizam para respostas sociais;
- Tecido empresarial reduzido.

5.8. ELEVADO NÚMERO DE PESSOAS COM DEMÊNCIAS

Em Portugal, o número de pessoas com demência que necessitaram de internamento hospitalar tem vindo a diminuir desde 2008. Contudo, no Concelho da Golegã, devido ao envelhecimento da população, esta problemática assume cada vez mais importância.

Gráfico 14 – Evolução do Número de Utentes com Internamento Hospitalar devido a Demências em Portugal Continental



Fonte: Direção-Geral da Saúde, 2013

No Concelho da Golegã, os utentes com diagnóstico de demência inscritos na Unidade de Saúde Familiar CampuSaúde foram 82, em 2014. Assim, este problema é mais expressivo nas freguesias de Azinhaga (1,59% da população é portadora de demência) e da Golegã (1,28% apresenta algum tipo de demência) do que na freguesia do Pombalinho, apesar desta ser mais envelhecida (0,57%). De salientar que as mulheres são o grupo mais vulnerável a este problema (61 utentes).

Quadro 41 – Número de Utentes com Demência Inscritos na Unidade de Saúde Familiar CampuSaúde, em 2014

Localização Geográfica	Grupo Etário		
	Homem	Mulher	Total
Golegã	10	40	50
Azinhaga	9	20	29
Pombalinho	2	1	3
Total	21	61	82

Fonte: Unidade de Saúde Familiar CampuSaúde, 2015

Note-se que, todavia, os parceiros sociais têm a perceção que estes números estão muito aquém da realidade.

Sendo Santarém um distrito com recursos muito reduzidos na área das demências e considerando o elevado número de pessoas com esta problemática no Concelho, a Santa Casa da Misericórdia da Golegã optou por integrar um projeto da

união das Misericórdias Portuguesas, denominado “Vidas – Inovação em Demências”. Relativamente aos utentes em Estruturas Residenciais para Idosos no Concelho, perto de 80% apresentam algum tipo de demência.

Assim, considera-se que a Santa Casa da Misericórdia da Golegã reúne condições de excelência para intervir nesta área. Por um lado, ocupa uma posição geográfica central relativamente ao distrito; por outro, dispõe de um espaço bem localizado e com boas condições para integrar uma estrutura especializada na área das demências. Contudo, é imperiosa a adaptação e requalificação de parte do edifício do antigo hospital.

Neste âmbito, foram destacados pelos parceiros os seguintes recursos, oportunidades, ameaças e causas.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Santa Casa da Misericórdia (VIDAS – Valorização e Inovação em demências); ■ Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga (Serviço de Psicologia); ■ USF; ■ UCC.
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> ■ Polo de Alzheimer (Brogueira – Torres Novas); ■ Associação Portuguesa de Doentes de Alzheimer (possibilidade de deslocação ao Concelho de técnicos).
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Envelhecimento da população; ■ Alcoolismo; ■ Atrasos no diagnóstico.
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Familiares a residir fora do Concelho; ■ Envelhecimento da população; ■ Diagnósticos tardios; ■ Dificuldades na mobilidade; ■ Alcoolismo; ■ Ausência de técnicos na área da saúde mental; ■ Preconceito impede a sinalização aos serviços de saúde; ■ Unidades de saúde não sinalizam para respostas sociais; ■ Impedimentos económicos; ■ Habilitações literárias reduzidas e analfabetismo; ■ Dificuldade no acesso à informação; ■ Famílias sem capacidade de resposta; ■ Não aceitação da integração em centros de reabilitação;

- Consanguinidade;
- Produtos de apoio (ajudas técnicas) especializados insuficientes.

5.9. AUSÊNCIA DE TÉCNICOS NA ÁREA DA SAÚDE

Os parceiros sociais identificaram como necessidade emergente a alocação de pessoal técnico à Unidade de Cuidados na Comunidade, nomeadamente técnicos de fisioterapia, terapia ocupacional, terapia da fala e apoio administrativo. Com a reestruturação dos serviços de saúde, a UCC Chamusca/Golegã deixou de ter algumas áreas profissionais, contando apenas com enfermeiros na equipa.

De salientar que a Equipa de Cuidados Continuados Integrados, a desempenhar funções em ambos os Concelhos, que por definição pressupõe a existência de uma equipa multiprofissional, apenas integra enfermeiros especialistas de cuidados de saúde na comunidade, enfermeiros especialistas na área da reabilitação e um psicólogo a tempo parcial, uma vez que a UCC à qual pertence não dispõe de outro pessoal.

Para esta problemática, foram identificados os seguintes aspetos no âmbito da avaliação qualitativa levada a cabo pelo grupo de trabalho.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Ginásio da SCMG (aberto à população); ■ Enfermeiro de reabilitação da UCC.
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> ■ Centros de reabilitação do Entroncamento, Chamusca e Torres Novas.
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Não identificados.
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Redução de técnicos na UCC; ■ Restruturação do sistema de saúde; ■ Impedimentos económicos.

5.10. ELEVADO NÚMERO DE PESSOAS COM PERTURBAÇÃO MENTAL

As questões relacionadas com a saúde e a doença mental são complexas porque afetam as pessoas como um todo, na sua individualidade e na sua relação com os outros e o meio envolvente.

O grupo de trabalho considera, no entanto, que as respostas sociais existentes no Concelho ao nível do Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Dia, Centro de Convívio e Academia Sénior são um excelente contributo para a promoção da saúde mental, prevenindo quadros de perturbação mental e atuando ao nível da reabilitação através do desenvolvimento de atividades de vida diária, do estabelecimento de relações interpessoais saudáveis, da participação em atividades de animação sociocultural, entre outros.

A Santa Casa da Misericórdia da Golegã desenvolve ainda há vários anos mini cursos de Verão “Avós e Netos”, durante uma semana em vários anos (doçaria, primeiros socorros, artes plásticas, línguas,...).

Quadro 42 – Número de Utentes por Resposta Social e por Instituição em 2015

Instituição	Serviço de Apoio Domiciliário			Centro de Dia			Centro de Convívio			Academia Sénior
	SCMG	SCMA	CPP	SCMG	SCMA	CPP	SCMG	SCMA	CPP	SCMG
Nº de Utentes	37	49 ²⁰	23 ²¹	29	21 ²²	0	75	20	15	50
Nº de Vagas	0	1	7	0	9	0	0	0	15	0
Nº de Utentes em Lista de Espera	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de Utentes em Sobrelotação	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0

Fonte: Santa Casa da Misericórdia da Golegã, Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga e Casa do Povo do Pombalinho, 2015

No Concelho da Golegã, em 2014, existiam 21 utentes com registo de perturbação mental na Unidade de Saúde Familiar CampuSaúde. A freguesia da Golegã é a que regista um maior número de utentes com perturbação mental (15) relativamente à freguesia de Azinhaga (6). A freguesia do Pombalinho não regista nenhum utente com este problema. É de realçar que esta problemática afeta tanto os homens como as mulheres (11 e 10 utentes, respetivamente).

Saliente-se que a média de idades dos utentes com perturbação mental se situa nos 35 anos.

No entanto, saliente-se que os parceiros sociais têm a perceção que estes números estão muito aquém da realidade.

²⁰ Dos 49 utentes em Serviço de Apoio Domiciliário na SCMA, 4 não estão abrangidos pelo acordo com a Segurança Social.

²¹ Dos 23 utentes em Serviço de Apoio domiciliário na CPP, 2 não estão abrangidos pelo acordo com a Segurança Social.

²² Dos 21 utentes em Centro de Dia na SCMA, 2 não estão abrangidos pelo acordo com a Segurança Social.

Quadro 43 – Número de Utentes com Perturbação Mental Inscritos na Unidade de Saúde Familiar CampuSaúde, em 2014

Localização Geográfica	Grupo Etário		
	Homem	Mulher	Total
Golegã	7	8	15
Azinhaga	4	2	6
Pombalinho	0	0	0
Total	11	10	21

Fonte: Unidade de Saúde Familiar CampuSaúde, 2015

Para esta problemática, foram identificados os seguintes aspetos.

RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Unidade de Saúde Familiar; ■ Unidade de Cuidados na Comunidade; ■ Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga (Serviço de Psicologia); ■ Santa Casa da Misericórdia da Golegã (Serviços de Psiquiatria e Neurologia); ■ IPSS.
OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> ■ Centro Hospitalar Médio Tejo; ■ Hospital de Santarém; ■ CRIT; ■ CERE.
AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Resistência em aceitar tratamento; ■ Dificuldades económicas.
CAUSAS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Ausência de técnicos na área da saúde mental; ■ Famílias sem capacidade de resposta; ■ Diagnósticos tardios; ■ Alcoolismo; ■ Preconceito impede a sinalização aos serviços de saúde; ■ Não aceitação da integração em centros de reabilitação; ■ Familiares a residir fora do Concelho; ■ Envelhecimento da população; ■ Tecido empresarial reduzido;

- Impedimentos económicos;
- Desemprego;
- Unidades de saúde não sinalizam para repostas sociais;
- Consanguinidade;
- Dificuldade no acesso aos transportes;
- Pouca adesão ao serviço de teleassistência;
- Produtos de apoio (ajudas técnicas) especializados insuficientes.

BIBLIOGRAFIA

Avelino, J.; Oliveira, N.; Carvalho, L. (2014). *Revisão da Carta Educativa do Município da Golegã*. Golegã: Câmara Municipal da Golegã.

Casa do Povo do Pombalinho (2015). *Dados estatísticos disponibilizados*. Pombalinho: CPP.

Centro de Respostas Integradas do Ribatejo (2015). *Dados estatísticos disponibilizados*. Lisboa: Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.

Centro Distrital da Segurança Social de Santarém (2015). *Dados estatísticos disponibilizados*. Santarém: CDSSS.

Centro Social Paroquial da Golegã (2015). *Dados estatísticos disponibilizados*. Golegã: CSP.

Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (2014). *Aplicação Informática da CPCJ*. Lisboa: CNPCJR.

Concelho Local de Ação Social (2007). *Diagnóstico Social do Concelho da Golegã*. Golegã: Câmara Municipal da Golegã.

Decreto-Lei n.º 115/2006 de 14 de junho. *Diário da República n.º 114/2006 – 1.ª Série A*. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa.

Diário da República, 2.ª Série - n.º 124 - 1 de julho de 2013. Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo aos Alunos do Ensino Superior.

Diário da República, 2.ª Série - n.º 124 - 1 de julho de 2013. Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios Socioeconómicos.

Diário da República, 2.ª série - n.º 124 - 1 de julho de 2013. Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos em Matéria Habitacional.

Diário da República, 2.ª série - n.º 196 - 10 de outubro de 2014. Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade no Concelho da Golegã.

Direção-Geral da Saúde (2013). *Portugal – Saúde Mental em números – 2013*. Lisboa: DGS.

Farias, A. (2013). *CGTP atribui descida da taxa de desemprego à sazonalidade*. Jornal de Negócios. Acedido em: http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/cgtp_atribui_descida_da_taxa_de_desemprego_a_sazonalidade.html

Guarda Nacional Republicana (2015). *Dados estatísticos disponibilizados*. Golegã: Destacamento Territorial de Torres Novas. Posto Territorial da Golegã.

Instituto da Segurança Social, I.P. (2015). *Dados estatísticos disponibilizados*. Santarém: ISS, I.P.

Instituto Nacional de Estatística (s/d). *Recenseamentos da População, 2001 e 2011*. Acedido em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main

Instituto para o Desenvolvimento Social (2002). *Documento de Apoio à Elaboração do Diagnostico Social*. Lisboa: IDS.

Núcleo Executivo da Rede Social (2003). *Plano de Desenvolvimento Social*. Lisboa: Instituto de Solidariedade e Segurança Social.

PORDATA (s/d). *Municípios*. Acedido em: <http://www.pordata.pt/>

Rede Social da Golegã (2010). *Plano Municipal de Prevenção das Toxicodependências do Concelho da Golegã: Diagnóstico Social*. Golegã: Rede Social da Golegã.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97. *Diário da República n.º 267/1997 – 1ª Série B*. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa.

Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga (2015). *Dados estatísticos disponibilizados*. Azinhaga: SCMA.

Santa Casa da Misericórdia da Golegã (2015). *Dados estatísticos disponibilizados*. Golegã: SCMG.

Santos, S.; Santos, M. (1999). *Diagnóstico Social*. Lisboa: PROFISS, pp.4-6.

Schiefer, U.; Teixeira, P.; Monteiro, S. (2006). *Manual de Facilitação para a Gestão de Eventos e Processos Participativos*. Estoril: Principia.

Secretaria de Estado do Emprego e Formação (1999). *Guia do Formando da Unidade Modular: Diagnóstico Social*. Lisboa: Ministério da Solidariedade e do Trabalho, pp.43.

Serviço de Ação Social (2015). *Dados estatísticos disponibilizados*. Golegã: Câmara Municipal da Golegã.

Unidade de Saúde Familiar CampuSaúde (2015). *Dados Estatísticos disponibilizados*. Golegã: USF CampuSaúde